

**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela**

**Realizada no dia 22 de dezembro de 2025**

**Ata nº 03**

No dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta minutos, na Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO 1** – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

**PONTO 2** – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

Efetuada a chamada dos membros efetivos da Assembleia Municipal.

Por parte do Partido CHEGA:

- Jorge Manuel Abel Faria;
- João José Correia Mascarenhas de Lemos;
- Carla Sofia Ramos Inácio;
- Eurico Luis Borges Paulo;
- Jorge Manuel Ribeiro Martins;
- Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Nicole Pinto Serafim;
- Pedro Manuel de Carvalho Estragadinho;
- Nuno Alexandre Milheiras Carvalho;
- Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Álvaro Leonel Passos Rebelo;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento;
- Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sr. João Miguel Estróia Vieira.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;

- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Yolanda Jacira Lourenço da Silva;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sra. Natália de Jesus Campos Moreira Alves.

Verificaram-se ainda as seguintes ausências:

Por Parte do Partido CHEGA (CH):

- Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Vereador Afonso Jorge da Silva Brandão;
- Sr. Vereador José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano;
- Sr. Vereador José Paulo Barão Garcia;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Talego;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria Joaquim Bonacho Antunes.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado do Chega**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. André Miguel Félix Mamede** que se encontra presente.
- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. António José de Sousa Nunes da Costa** que se encontra presente.

- **Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à assinatura da ata avulsa de substituição de membro pelo **Sr. André Miguel Félix Mamede do CH**, o **Sr. António José de Sousa Nunes da Costa** e a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU**.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

#### **O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito boa noite a todos.

Desde já, agradeço a presença de todos os munícipes que nos acompanham hoje presencialmente, bem como dos munícipes que nos acompanham através dos canais digitais.

Desejo uma boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal e, desejar igualmente, à Senhora Presidente da Câmara e a todos os vereadores que hoje aqui se encontram presentes, bem como a todos os funcionários que contribuem para o funcionamento desta Assembleia.

Desejo também uma boa noite aos meus dois secretários da Assembleia Municipal, aqui presentes na mesa.

Agradeço aos Loureiros a cedência do espaço para a realização desta Assembleia Municipal ordinária descentralizada e, assim, damos início ao roteiro de proximidade, garantindo uma auscultação próxima de todos os nossos munícipes em cada uma das nossas freguesias, dando o mote à verdadeira proximidade.

#### **Período de Intervenção dos Munícipes**

**[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]**

#### **O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, passamos então ao período antes da ordem do dia.

Dou nota do seguinte: foram entregues à mesa três documentos e vou enunciá-los pela respetiva ordem.

Em primeiro lugar, o Chega entregou uma moção intitulada "Moção pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975".

Em segundo lugar, o Chega entregou igualmente uma recomendação intitulada "O Natal como tradição no concelho e as fotografias numa escola da freguesia de Pinhal Novo, que iluminam o Natal e que criam outra festa qualquer sem significado".

Em terceiro lugar, foi entregue uma saudação da CDU, intitulada «Greve Geral».

#### **Período Antes da Ordem do dia:**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Dou a palavra à bancada do Chega para apresentar a moção que nos trouxeram hoje, intitulada «Moção pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975».

Tem a palavra.

**Moção "pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975"**

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins**, para apresentar a moção, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Vamos então passar ao debate relativamente à moção.

Pergunto se, eventualmente, seria mais fácil falar por bancada. Pretendo usar a palavra relativamente à moção antes de passarmos à votação.

Não se verifica ninguém a pretender usar da palavra. Nenhuma bancada se inscreveu.

Registam-se intervenções da CDU, do PPD/PSD e do Partido Socialista.

Esta será a ordem, tendo em conta os pedidos de intervenção.

Senhor Álvaro Amaro, membro da CDU, tem a palavra.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Permita-me iniciar a minha intervenção saudando Vossa Excelência, a distinta Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e demais Vereadores, as Senhoras e os Senhores membros desta Assembleia, os munícipes presentes, os trabalhadores e trabalhadoras do município, bem como todos aqueles que nos acompanham através da transmissão via streaming.

Ora bem, já foi mencionado que esta moção é extemporânea, mas não o é apenas pela data; é extemporânea porque resulta de um esforço insistente que, há alguns anos, algumas forças políticas têm tentado fazer passar, com o apoio de determinados jornalistas. É importante que, ao citar esses órgãos, se indiquem também as fontes e que se continue a ler o que publicam, inclusive em relação às comemorações do 25 de Novembro deste ano, pois algumas opiniões hoje expressas não correspondem ao que foi anteriormente veiculado.

De facto, existe um esforço para transformar esta data numa espécie de marco fundador do regime democrático, o que, na nossa perspetiva, é um logro a vários títulos. Há diversas tentativas de revisionismo histórico em diferentes períodos, incluindo acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e da Revolução de 1917. É fundamental ler de forma plural, confrontando múltiplas fontes.

O período revolucionário teve avanços significativos, mas também exageros, o que é natural. Quem viveu 48 anos sob um regime autoritário sentiu, ao poder participar cívica e diretamente, uma oportunidade de contribuir para o destino do país, das fábricas, das empresas, dos campos e das autarquias, através de comissões instaladoras. Essa experimentação foi necessária e produziu frutos positivos.

No entanto, há um prolapso na narrativa corrente: fala-se do 25 de Novembro, mas não se mencionam outras tentativas, essas sim contrarrevolucionárias, algumas de índole fascista, como a do 11 de Março com o General Spínola, que procurou bloquear o desenvolvimento do processo revolucionário e reverter medidas. Esses factos estão documentados, assinados pelos próprios protagonistas.

Houve, de facto, um ambiente tenso desde 11 de Março até essa época. Eu, enquanto jovem, vivi com medo de ataques, por exemplo, à sede do PCP no Pinhal Novo, onde alguns concidadãos ligados à direita, munidos de caçadeiras, circulavam em carrinhas de caixa aberta, criando um clima de ameaça. Felizmente, esses ataques não se concretizaram em muitos locais, embora tenham ocorrido em Rio Maior, Braga e noutros municípios a norte do Tejo, protagonizados por indivíduos ligados às hostes do vosso partido que incendiaram sedes do PCP.

Portanto, trata-se de um episódio que não envolveu civis isoladamente, como alguns quiseram sugerir, mas sim forças militares. Já se investigou muito sobre esta data, embora persista desconhecimento sobre certos detalhes e existam versões diferentes, dependendo do ponto de vista dos militares envolvidos.

Assim, a tentativa de transformar esta data numa comemoração equiparada a um marco fundador da democracia é despropositada. O 25 de Novembro foi apenas um episódio entre vários, como o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975. A democracia consagra-se, essencialmente, a partir do 25 de Abril. Após o 25 de Novembro, felizmente, não correu nenhuma guerra civil, como alguns setores da direita desejavam.

O governo provisório manteve-se, os ministros de várias sensibilidades políticas continuaram, a Constituição foi aprovada, e as eleições de 1976 deram a vitória aos partidos eleitos democraticamente, com o Partido Socialista em primeiro lugar, seguido do Partido Social-Democrata. Na época, partidos social-democratas distribuíam panfletos sobre a participação dos trabalhadores nas empresas, justa distribuição de rendimentos, liberdade sindical, direito à greve, combate aos monopólios, direito de voto aos 18 anos e aos imigrantes, novo papel da mulher na sociedade e aceleração da independência ultramarina.

O povo entendia que apenas a via democrática permitiria superar a crise da revolução. Estes acontecimentos demonstram que os militares tiveram um papel lateral na formação e consolidação do regime democrático. O Conselho da Revolução só foi reestruturado porque os representantes da Marinha se demitiram, e a Assembleia Constituinte continuou a trabalhar na Constituição. Ou seja, as instituições políticas e político-militares mantiveram-se praticamente inalteradas, apesar da revolta militar localizada protagonizada pelo Corpo de Paraquedistas, com apoios tácitos ou efetivos de algumas unidades da Região Militar de Lisboa. É evidente que havia clivagens dentro das forças militares.

#### **O Sr. Presidente da Mesa:**

Para terminar, por favor, é importante que o Senhor Membro, para além da leitura da história, seja conciso, tendo em conta que já se aproximam os 10 minutos. Apenas por esta razão, estamos a controlar o tempo do período antes da ordem do dia.

#### **O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

E, portanto, havia um setor com oficiais próximos do Gonçalvismo, como gostam de chamar, do PCP, e até do PS, que mais tarde se integraram no PRD. Eu conhecia alguns porque trabalhei com eles no Estado-Maior do Exército. Depois havia o pessoal do COPCON, uma parte da esquerda radical, PRP e DP, com exceção dos "maluístas" do MRPP, que passaram por vários lugares e, atualmente, já os vemos integrados em diferentes partidos, com ideias diversas sobre o socialismo.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia, cada um de nós pode ter tido vivências distintas, diferentes, consoante os contextos em que viveu e trabalhou. Cada um também pode ter visões diferentes, dependendo das fontes consultadas. Contudo, o que aqui vos transmito resulta de fontes fidedignas e de vivência concreta deste período.

O que efetivamente importa é que continuemos a celebrar o 25 de Abril como data maior da fundação do regime democrático. Esperemos que esta tentativa de equiparar o 25 de Novembro ao 25 de Abril não seja uma forma disfarçada de revisionismo ou de outros interesses. É uma afronta procurar fazer celebrações que, aliás, tiveram expressão pública este ano, mas que não se podem comparar à solenidade do 25 de Abril, em que Vossas Excelências também participam e praticam os atos que entendem.

O 25 de Novembro não provocou uma viragem significativa; foi apenas um episódio na nossa história. O que interessa é salvaguardar o 25 de Abril como a verdadeira data fundadora da democracia. Portanto, há apenas um 25 de Abril e mais nenhum.

Votaremos contra.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Peço apenas que, da próxima vez que eu solicitar o cumprimento do tempo de intervenção, isso seja efetivamente respeitado, tendo em conta que todos os membros aqui presentes têm direito a intervir. Não se deve, portanto, monopolizar o tempo de intervenção.

Digo isto para todas as bancadas, para que seja mais justo para todos. É apenas esse o meu pedido. Peço que tenham isso em consideração, de forma a que nenhuma bancada seja prejudicada no futuro.

Deixo esta nota e agradeço desde já a compreensão.

Dou a palavra, então, ao PPD/PSD.CDS-PP, ao Senhor Membro Carlos Vitorino, que tem a palavra.

**O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

Obrigado, Senhor Presidente.

Gostaria de saudar o Senhor Presidente, os membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, a comunicação social, o distinto público presente e em casa, bem como os funcionários da autarquia. Uma palavra especial à casa que nos acolhe, aos Loureiros. É sempre um gosto estar aqui.

Relativamente à moção, tenho algumas reservas. Se não fosse pela página dois, não veria grande problema em aprovar esta moção. No entanto, na página dois, a moção esquece um ponto essencial: não menciona o 25 de Novembro. Não há uma única referência ao dia em si ou ao que aconteceu nesse período. Pelo contrário, a moção aborda temas atuais que nada têm a ver com aquele momento histórico.

Quase parecia que o Chega, foi um dos partidos, tivesse protagonizado o 25 de Novembro. Na realidade, quem tentou implementar uma ditadura foram o Partido Socialista, liderado por Mário Soares, e o Partido Popular Democrático, com Francisco Sá Carneiro, com o apoio de alguns militares que, com coragem e sacrifício, estiveram na linha da frente, como o Tenente José Oliveira e o Segundo-Coronel Joaquim Pires, do Regimento de Comandos. Aliás, nos comandos foram os graduados que morreram; não houve soldados comuns na linha da frente.

Freitas do Amaral e Mário Soares não fugiram; receberam indicações de que a Assembleia Constituinte poderia ser transferida para o Porto caso o poder em Lisboa caísse nas mãos de revolucionários não legitimados pelo voto. É importante lembrar que, após o 25 de Abril de 1974, houve eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, e alguns verificaram que nas urnas obtiveram menos votos do que esperavam, o que levou alguns a tentar tomar o poder pela via revolucionária.

Referindo-me ao comentário do Senhor Álvaro Amaro sobre a sede do PCP no Pinhal Novo, recordo que em Setúbal também houve ataques à sede do PPD, nomeadamente a 7 de Março de 1975, durante um período de grande instabilidade, em que se tentou impor um golpe de Estado.

Portanto, a verdade é que esta data merece ter o seu lugar na história e ser comemorada. No entanto, os considerandos presentes na moção acabam por afastar-se do espírito original e da realidade.

Disse.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tem agora a palavra, pela bancada do Partido Socialista, a Senhora Patrícia Valente.

**A Sra. Patricia Valente do PS:**

Muito obrigada, Senhor Presidente. Muito boa noite a todos e a todas.

Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como os munícipes que hoje nos acompanham nesta reunião.

Se as Excelências querem comemorar esta data, façam-no. Façam-no em vossa casa ou na rua, como preferirem. Quer comemorar o vosso aniversário: é livre, força, não vou impedir.

Compreendemos que a direita queira ter uma data de que se possa orgulhar e quer que essa data tenha uma componente pública forte, que permita afirmar de cabeça erguida um efeito importante para a sociedade portuguesa e para as famílias. Por isso, tanto insistem no 25 de Novembro. Diria até que existe algum desespero em ter uma data a assinalar, algo a que se possam agarrar, numa fraca tentativa de demonstrar que de alguma forma defenderam ou defendem a democracia, a liberdade e as famílias.

Sentimos até uma certa forma de ressabiamento e talvez até uma inveja incómoda pelo que o 25 de Abril conquistou: pelo facto de ter garantido liberdade, eliminado o medo, e permitido aos portugueses e às famílias sonhar, viver melhor, estudar e ter liberdade individual.

Tem razão ao afirmar que houve um período de grande crise nessa altura; é verdade. Mas, posteriormente, a vida dos portugueses melhorou bastante: as pessoas começaram a ter acesso à saúde, a ir à escola e a desfrutar de mais oportunidades. Como foi dito há pouco pelo Álvaro, sem dúvida que houve alguns exageros, mas a verdade é que foi graças ao 25 de Abril que a nossa vida melhorou, não ao 25 de Novembro.

Para quem por vezes afirma que o 25 de Novembro não é lecionado ou nem mencionado nas escolas, isso não é verdade. Consta nos manuais escolares pelo menos naquilo que eu estudei e é abordado tanto no 9.º como no 12.º ano. Eu não terminei o secundário há muito tempo e lembro-me bem: o 25 de Novembro é lecionado com a importância que tem, com informações reais sobre esse período da história, assim como outros períodos também são tratados.

Aquilo que realmente importa celebrar aqui é a democracia, a liberdade, a igualdade, o 25 de Abril e o povo. Senhor Presidente, muito obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Não havendo mais pedidos de intervenção passamos à votação da moção pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975, apresentada pelo Chega.

***Rejeitada, por maioria, com dezassete votos contra (dez do PS e sete da CDU), dez votos a favor do CH e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.***

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Ponto número dois, dos documentos entregues à mesa: o Chega entregou uma recomendação. Vou dispensar-me de a ler, tendo em conta que já a li anteriormente, se assim me permitirem.

Dou, portanto, a palavra ao Chega para apresentar a recomendação. Muito bem, tem a palavra.

**Recomendação "O Natal como tradição no Concelho e as fotografias numa escola da freguesia do Pinhal Novo, que eliminam o Natal, e criam outra festa qualquer, sem significado.**

Tomou a palavra o **Sr. João José Correia Mascarenhas de Lemos**, para apresentar a recomendação, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Registo apenas o seguinte: as recomendações não se votam; apenas se votam as moções, as saudações e os votos de pesar, conforme consta no nosso regimento. Apenas dou nota disso.

Não obstante, procede-se à discussão. Pergunto se alguma das bancadas pretende usar da palavra.

Registo os pedidos de intervenção pela seguinte ordem:

- Pela bancada do Partido Socialista, o Senhor António Godinho;
- Pela bancada da CDU, o Senhor Álvaro Amaro;
- Pela bancada do PPD/PSD/CDS, o Senhor Carlos Vitorino.

**O Sr. António Godinho do PS:**

Bem, boa noite a todos. Cumprimento ao senhor presidente, todos os presentes e os que nos seguem via online e queria falar ou fazer o enfoque sobretudo na questão da José Maria dos Santos.

Sou professor nessa escola há muitos anos e, portanto, fui um espectador privilegiado do que aconteceu e de toda a polémica que se levantou nestas últimas semanas.

A questão é muito simples e se o jornal em questão e também o partido Chega tivesse investigado um pouco mais ou feito as perguntas certas, teriam facilmente chegado à conclusão que este é um não assunto. As fotos escolares são fotos escolares, não são fotos que celebram o Natal ou que celebram outra atividade ou outra festa qualquer. E, portanto, poderão ter ou não motivos natalícios. Alguns, umas vezes tiveram, outras vezes não. E temos que ver que a escola hoje em dia não é a escola de há 20 ou 30 anos. A escola hoje em dia recebe ou tem recebido nos últimos anos milhares e milhares de jovens de outros países, outras culturas, outras religiões, outras formas de viver. E neste aspeto específico da foto, porque a foto é uma foto para a família, uma foto para o aluno, a escola entendeu através da sua diretora, com o apoio de todos os docentes, que devido a uma das bandeiras que a escola tem, que é a inclusão, aliás, a escola é conhecida, o agrupamento é conhecido pelas boas práticas de inclusão e até por isso está neste momento integrado num programa do Erasmus que tem como tema exatamente a inclusão. Portanto, a escola entendeu que deveria haver um fundo neutro nessas fotos, já que essas fotos iriam ser tiradas a alunos de muitas etnias, países, religiões, formas de vida, crenças diferentes.

Uma coisa é isto, outra coisa é ter-se também insinuado a partir daqui que a escola não celebrou o Natal. Ora, isso é totalmente falso. Portanto, eu estive lá, ninguém me contou, como trabalho lá, tenho esse privilégio que é realmente a escola celebrou o Natal de diversas maneiras, estou a falar em escola, mas quero falar mesmo em agrupamento.

Portanto, o agrupamento celebrou Natal de diversas maneiras, com atividades, com exposições, com morais em que os alunos colocavam frases, dizendo as suas expectativas para o ano seguinte, transmitindo mensagens de teor cristão, portanto de teor de amizade, de inclusão, etc. Os próprios alunos da professora Ilda Vida, da professora de educação moral, religiosa e católica, fizeram como fazem todos os anos, os presépios que foram expostos no bloco A e, portanto, toda esta polémica é uma polémica que me entristece como professor da José Maria dos Santos, que entristeceu todos os meus colegas, porque no fundo foi um anato-ma que se caiu, caiu sobre a escola sem razão nenhuma de ser.

Uma coisa são as fotos individuais que vão para a família, que vão para o aluno, outra coisa é a celebração do Natal que foi feita na José Maria dos Santos.

Muito obrigado, disse.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tem a palavra, a CDU prescinde da palavra.

Sendo assim, passa-se à bancada do PPD/PSD/CDS, tendo a palavra o Senhor Carlos Vitorino.

**O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

Ora bem, mais uma vez, boa noite.

Tendo em conta os novos dados, e aquilo que também foi transmitido pelo senhor António Godinho, a verdade é que aquilo que a recomendação nos traz reflete um sentimento de muitos pais: uma fotografia do Natal que, no fundo, não tem o Natal.

Nós entendemos que as tradições cristãs, que moldaram a Europa e contribuíram para a nossa atual sociedade, constituem a base da nossa raiz social e não devem ser adulteradas, fruto de cedências a quem não quer integrar-se ou a quem não aceita os nossos valores. Aliás, existe um excelente discurso sobre esta matéria proferido pelo antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, em que ele refere precisamente isso: "Quem não quer aceitar os nossos valores ou quer impor os seus, que permaneça no seu local de origem". É muito simples.

É verdade que, em muitos países, nomeadamente muçulmanos, não há celebrações do Natal, não se pode utilizar símbolos religiosos e não existem igrejas. Assim, em Portugal, devemos praticar a tolerância e a integração, mas também exigir que aqueles que integram respeitem os nossos valores.

Portanto, não vejo problema nenhum relativamente a esta recomendação. Aliás, o que se verifica na Europa mercados de Natal cercados por segurança apertada evidencia o contexto atual. Em Portugal ainda não chegámos a esse ponto, mas é um alerta.

Agora eu tenho aqui um problema de forma face àquilo que o Senhor Presidente da Assembleia nos disse, é que se a recomendação não é votada então a recomendação é enviada, ou seja, a recomendação é do partido Chega, é debatida, mas não é votada. Então é enviada com a legitimidade de quem?

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Vou explicar. Posso explicar rapidamente, já que é uma pergunta à mesa. Artigo 27 do regimento, mais em concreto, número 8, diz: "Para além do que já resulta da lei do regimento, são sujeitos à votação os seguintes documentos e, portanto, propostas, moções, saudações e votos, ao contrário, naturalmente não estando previsto no número oito, as recomendações, se for se forem ver o número nove do mesmo artigo, diz o seguinte, passo a citar, à mesa da assembleia em como receber os requerimentos e as recomendações, reencaminhando-as aos órgãos e as entidades a que se dirijam, ou seja, não se votando, tendo em conta aquilo que está previsto no regimento, apenas são reencaminhados para as entidades que são indicadas na recomendação em si.

Portanto, cumprindo o regimento, é esse o procedimento, só para esclarecer isso.

**O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

Tenho dúvidas, Senhor Presidente.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Mas é o que está, mas é o que está no regimento. Pode, pode verificar Artigo 27º, número 8 e número 9.

**O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

Eu sei, mas é que se calhar este não seria bem uma recomendação a questão é esta.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

A questão, foi o Chega apresentou este documento como recomendação, portanto não apresentou como moção, portanto é só por isso.

Espero ter esclarecido, Carlos.

Bancada do Partido Socialista, um rodapé?

**A Sra. Patricia Valente do PS:**

É um rodapé.

Nem a Assembleia Municipal, nem a Câmara Municipal podem ou devem interferir na gestão escolar, seja nas direções, nos professores ou em qualquer assunto interno das escolas. Para isso existem os Conselhos Gerais das escolas, que são os órgãos competentes para estas matérias.

Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tem a palavra à bancada da CDU Álvaro Amaro, por favor.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Muito bem, Senhor Presidente, de facto, esta figura da recomendação vem do anterior mandato, sendo esta a opção de não ser submetida a votação legitimamente. Depois, o próprio teor da proposta refere que deveria ser aprovada, mas, na prática, não o é. Portanto, há, de facto, um problema de forma.

Gostaria de referir o seguinte: se a recomendação é destinada ao município, ela torna-se contraproducente. Vivemos num município tolerante, com uma atitude intercultural, que celebra o Natal. Temos perfeita consciência dos valores e das opções religiosas da esmagadora maioria da população, na qual me incluo.

Quero, sobretudo, aproveitar o uso da palavra para dizer que o assunto foi extrapolado, mas também, na minha opinião, devido a uma deficiente capacidade de comunicação da própria direção da escola, que poderia ter evitado a polémica de outra forma.

Com efeito, tive a oportunidade de falar com alguns docentes, pelo menos dois presentes nesta sala, e verifiquei que o hábito das fotografias tiradas no período do Natal são, na sua maioria, fotografias da turma ou dos alunos, sem qualquer motivo natalício. Há fotógrafos que colocam molduras com motivos de Natal, ou não, e há outros eventos, como o Carnaval, em que as crianças são fotografadas mascaradas.

Já voltei a ser professor, sei que esta é a prática habitual, e, portanto, houve, de facto, uma comunicação deficiente, possivelmente por parte do agrupamento.

Quanto à recomendação de que se celebre o Natal com base nas nossas tradições e convicções religiosas, isto é perfeitamente normal, mas não faz sentido, pois já é isso que se pratica em todo o concelho e em todas as escolas. A questão das fotografias foi apenas um incidente mal comunicado e mal interpretado.

O que é importante sublinhar, enquanto representantes dos cidadãos com responsabilidades políticas, é que aqui em Palmela, e em Portugal, cada pessoa pode celebrar as épocas natalícias de acordo com as suas convicções, em liberdade e com respeito pela diferença. Isto é interculturalismo, e não multiculturalismo.

Cada um pode celebrar em sua casa; se não se integra ou não aceita os valores locais, não deve impor os seus. Cada pessoa tem o direito de escolher e isso é fundamental para a dignidade e para a liberdade de escolha religiosa.

Se esta discussão surge a partir do incidente, deixo aqui a minha posição, sem falar em nome da minha bancada, que poderá ter convicções religiosas diferentes. A minha declaração de interesses é que devemos manter um território intercultural, respeitador das diferenças, promovendo a coexistência pacífica e o respeito por cada pessoa e pelas suas convicções.

Em minha opinião, o ocorrido é apenas um incidente e não justifica a recomendação. No entanto, caso a mesa entenda fazê-la chegar, considero que o destino correto não é a Câmara, mas sim o Conselho Geral da Escola, que é quem deve pronunciar-se e dar a resposta adequada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Não havendo mais pedidos de inscrição, passa-se a palavra à bancada do Chega, ao Senhor membro Bernardo Meneses.

**O Sr. Bernardo Meneses do CH:**

Só queria deixar aqui uma pequena nota sobre o Natal, sobre o que é verdadeiramente o Natal. O Natal é o nascimento do Menino Jesus, não é? O dia 25 de dezembro celebra precisamente o nascimento de Jesus.

Quando disse há pouco que as escolas celebram o Natal, não vejo, pelo menos na minha freguesia, a coisa mais importante do Natal, que são os presépios. Não vejo presépios nas escolas, e era isso que todas as escolas deveriam ter, pois os presépios simbolizam o verdadeiro Natal.

Só para terminar e deixar aqui uma nota: na freguesia do Pinhal Novo e da Marateca, na entrada, há um presépio, e fui eu que o coloquei lá, fui eu que o montei. Portanto, qualquer pessoa que se dirija à freguesia durante este período de Natal, até ao dia de Reis, encontrará um presépio que foi montado por mim. Enquanto eu for Presidente da Junta, haverá sempre um presépio na entrada da freguesia. Este ano foi montado por mim, nos próximos anos será montado pela população.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem. Seguindo o procedimento, a recomendação não se vota, portanto vamos prosseguir.

O terceiro documento é da CDU, uma saudação intitulada "Greve Geral". Dou, assim, a palavra à bancada da CDU para proceder à respetiva leitura. Tem a palavra.

**Saudação "Greve Geral"**

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo José de Oliveira**, para apresentar a saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, **com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem. Antes de iniciarmos a discussão, só para clarificar: trata-se de uma saudação, que se vota, nos termos do nosso regimento.

Dito isto, pergunto se alguma das bancadas pretende inscrever-se para intervenção neste ponto. Pelo que percebi, primeiro solicitou a palavra a bancada do PPD/PSD/CDS, e depois a do Chega.

Portanto, começamos pelo PPD/PSD/CDS. Tem a palavra.

**O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

Boa noite. Na sua pessoa, cumprimento o senhor Presidente, a senhora Presidente da Câmara, todos os vereadores, os colegas deputados aqui presentes, o público aqui presente e quem nos acompanha lá em casa. Um agradecimento especial a quem nos acolhe hoje. Muito obrigado.

A greve é um direito consagrado e uma ferramenta de luta coletiva de todos os trabalhadores. A greve geral é uma ferramenta poderosa que deve ser usada com um propósito definido e bem fundamentado. Não deve ser um instrumento de aproveitamento político, mas sim uma luta pelo trabalho e pelos trabalhadores.

Uma greve geral deve ser realizada quando se esgota a negociação e o diálogo entre todas as partes, quando realmente se verifica a perda daquilo que são os direitos ao trabalho digno e compensatório. No nosso entender, a greve do passado dia 11 foi desadequada, porque ainda estão a decorrer as negociações, bem como as discussões na Assembleia da República.

Este documento, conhecido como pacote laboral, ainda está em preparação e vai continuar em discussão. Desta forma, não podemos concordar com esta greve, pois não está no seu tempo nem na sua génese, uma vez que este pacote laboral ainda não está terminado, para podermos efetivamente ter uma reivindicação fundamentada sobre se vamos perder algum direito ou algumas regalias em termos de trabalho.

Tenho dito.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tem a palavra a bancada de Chega.

**O Sr. Eurico Luis Borges Paulo do CH:**

Boa noite. Cumprimento todos os presentes na sala, assim como quem nos segue em casa via streaming, na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal.

Uma greve, e ainda por cima uma greve geral como esta, deve ser utilizada apenas em último recurso. Justifica-se apenas quando todos os instrumentos disponíveis de diálogo e de negociação estão esgotados e quando as matérias em causa são verdadeiramente gravosas para os trabalhadores. Ora, nada disso aconteceu neste caso.

O que tivemos foi uma greve usada como instrumento de combate político, promovida por forças que têm, ao longo da nossa história em Portugal, preferido um conflito permanente, em vez da construção de soluções que possam definitivamente resolver os problemas dos trabalhadores e das empresas. Esta greve não foi convocada com esse intuito; não procurou resolver problemas concretos, pretendendo, sim, marcar uma posição política e ideológica e criar instabilidade social.

E quem paga este jogo político? Não são os partidos que a promovem, não são as centrais sindicais. Quem paga são os mesmos de sempre: os trabalhadores, as pequenas empresas, os serviços públicos. No fundo, quem paga os custos desta greve é o país. Uma greve geral tem um custo enorme, como todos sabemos. Não é um ato simbólico inofensivo e não deve ser uma arma de arremesso político. É sempre um ponto de rotura, de perda de rendimento, de prejuízo económico e de degradação da confiança entre as partes que tentam alcançar alternativas e soluções.

E esse custo recai sobretudo sobre quem menos tem exatamente aqueles que a CDU e o PCP dizem defender, mas que não hesitam em sacrificar para a sua manutenção política.

Este conflito permanente entre entidades, entre empresas e trabalhadores, não favorece, e não tem favorecido, os trabalhadores portugueses. Pelo contrário, favorece os maus patrões, afasta investimento, reduz concorrência e elimina do mercado empresas mais produtivas, que poderiam pagar melhores salários e oferecer melhores condições. O resultado é um mercado fechado, baixos salários, pouca mobilidade, e os trabalhadores são obrigados a aceitar aquilo que existe.

Este, aliás, é um modelo que o Partido Comunista, a CDU e também o PS têm insistido em promover há décadas no nosso país. E depois de terem falido o país já por três vezes, continuam a empurrar-nos para um país de baixos salários e fraca geração de riqueza.

Foi uma greve onde, apesar das expressões de chantagem moral e do discurso alarmista, a adesão não foi a que se calhar esperavam. Os trabalhadores perceberam que esta não era uma greve deles, mas sim uma greve política, desadequada e no tempo errado. Não alcançou objetivos concretos, não trouxe ganhos reais,

não melhorou em nada a vida de quem trabalha. Foi, em suma, uma greve falhada e, ainda assim, querem transformá-la agora numa saudação.

Também o governo falhou ao permitir que um processo negocial fosse empurrado até este impasse, mas isso não desculpa o aproveitamento político feito pela esquerda, nem legitima a tentativa de capitalizar um conflito que prejudicou mais do que beneficiou.

Por isso, deixamos aqui claro: não acompanhamos este teatro político, não aplaudimos greves usadas como arma ideológica, nem validamos iniciativas que colocam o custo do confronto sobre os ombros dos trabalhadores e do país. Por todas estas razões, votamos contra esta saudação à greve geral por parte da CDU.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Não registo mais pedidos de intervenção.

Assim, seguem-se dois pontos: a intervenção da CDU, que solicitou a palavra em primeiro lugar, e, de seguida, a do Partido Socialista.

**A Sra. Zoraima Prado da CDU:**

Muito boa noite. Senhor presidente, cumprimento todos e todas, os membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhora presidente, os munícipes que nos acompanham presencialmente e em casa, a comunicação social, bem como os trabalhadores e trabalhadoras do município.

Depois de ouvir esta intervenção e, tal como ouvi também alguns membros do governo a fazer comentários relativamente à greve, pergunto-me, por vezes, se estamos efetivamente no mesmo país e se assistimos ao mesmo dia, no dia 11.

Eu estive em greve; pessoalmente, falo pela bancada, mas estive na rua com milhares de trabalhadores, centenas no nosso caso, e observei trabalhadores e trabalhadoras que perderam o seu dia de vencimento para afirmar que não estão disponíveis para aceitar várias propostas do governo, que promovem não só perda de rendimento como perda de direitos, incluindo direitos que afetam os seus filhos.

Por isso, questiono se, quando se refere que esta é uma greve com intuito apenas político, se conhece efetivamente aquilo que está em causa. As greves não servem o propósito dos partidos. Os trabalhadores e trabalhadoras não fazem greve para servir objetivos partidários. Decidem sair à rua quando o que está em causa coloca em risco aquilo que são as suas condições de vida, os direitos conquistados, o futuro e a liberdade de que todos e todas aqui presentes, independentemente da bancada política, usufruem atualmente.

Tudo isto são conquistas, muitas das quais se devem aos próprios trabalhadores e trabalhadoras, que hoje continuam a pugnar pela liberdade de lutar e conquistar melhores condições de vida.

A adesão foi a que foi, e, no dia seguinte, face aos comentários do governo, a comunicação social veio demonstrar a realidade. A adesão em vários setores não é questionável. Esta é apurada pelos sindicatos, serviço a serviço, empresa a empresa, trabalhador a trabalhador. Já foi convidado anteriormente quem questiona estes números a participar e verificar como estas adesões são contabilizadas.

Quem comenta desvalorizando desta forma não só a luta dos trabalhadores como aquilo que foi, na realidade, a expressão que teve nas ruas, ou está muito desatento, ou vive noutro país.

É fundamental continuar a combater este tipo de tentativas de retrocesso e centrar-nos naquilo que é efetivamente um Portugal de futuro. E não há futuro se os cidadãos, os trabalhadores e trabalhadoras não prosperarem. Não há futuro quando os direitos das próximas gerações são colocados em causa.

E disse.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Partido Socialista.

**A Sra. Patricia Valente do PS:**

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Só para referir que, pelo menos, aquilo que o líder do seu partido disse mudou de posição. Inicialmente, estaria com o governo na aprovação do pacote laboral que o governo queria implementar, mas depois o próprio líder acabou por mudar de posição.

Portanto, uma pessoa que inicialmente estaria a votar a favor acabou por estar contra o pacote laboral do governo. Ou não leu as notícias, ou não teve oportunidade de as ler, ou então algo não está certo, porque realmente não faz sentido que aquilo que o seu líder defendeu não coincida com o que acabou de referir.

Só para acrescentar mais uma coisa: não é necessário dizer "PCP e CDU"; pode dizer apenas PCP ou CDU. Neste caso, trata-se da CDU.

Só essa nota. Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Obrigado.

Tem a palavra da bancada PPD/PSD.CDS-PP

**O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

Obrigado, Senhor Presidente.

Venho apenas dar seguimento à declaração que fiz há pouco e, pegando nas palavras da colega Zoraima desculpe, não consegui pronunciar corretamente o seu nome, quando falamos em aproveitamento partidário, falo por experiência própria, pois trabalho no Largo do Calhariz, que fica numa rua de passagem da manifestação da greve.

Pude comprovar que houve muito aproveitamento político. A greve é um instrumento importante quando devidamente fundamentada, ou seja, quando existem direitos efetivamente em risco ou reivindicações concretas para melhorar condições já definidas em documentos em preparação. Na forma como foi feita, considero que a greve foi descabida.

Na empresa onde trabalho, as portas foram pintadas pelos manifestantes, e, no final do dia, vimos imagens em frente à Assembleia da República. Isto mostra claramente que houve um aproveitamento político.

É importante sublinhar que o objetivo real da greve deveria ser a reivindicação de melhores condições de trabalho. No entanto, é evidente que havia pessoas com intenções políticas, e isso ficou manifesto.

Não participei na greve, mas estive presente durante o dia e pude comprovar que aquilo que aqui se afirma corresponde à realidade. As imagens televisivas do final do dia confirmam exatamente isso.

Ou seja, este aproveitamento político não honra aqueles que efetivamente participaram da greve com o propósito legítimo de lutar por direitos ou melhores condições de trabalho.

Tenho dito.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Darei a palavra à CDU novamente, mas peço que se trate apenas de uma nota de rodapé. Em seguida, darei também a palavra ao Chega, que solicitou intervenção, tendo em conta que já efetuaram a sua participação anteriormente.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Senhor Presidente,

Duas notas e uma proposta ainda sobre a saudação.

Em primeiro lugar, é estranho que não se discuta que, de facto, se trata de uma saudação à greve é uma saudação a quem teve coragem de fazer greve contra uma ofensiva de uma legislação claramente retrógrada, das mais retrógradas da Europa. Ao contrário do que referiu um membro do Chega, que parece colocar numa dicotomia trabalhadores versus empresas, está enganado. Basta ler a imprensa independente que não é dominada pelos sindicatos, pelo Partido Comunista ou por outros, para se perceber que vários empresários, pequenos, médios e grandes, referem que esta desestabilização é da responsabilidade do governo, pois ninguém pediu alterações desta natureza à lei laboral.

Mais ainda, quem acompanhou os desfiles e as manifestações, visitou os piquetes no dia da greve ou passou pelo comércio, percebeu outro aspeto: muitos trabalhadores não puderam fazer greve, mas mostraram solidariedade com quem lutava. Também os comerciantes perceberam que o poder de compra dos trabalhadores é fundamental para o seu negócio.

Esta saudação é, portanto, para quem teve coragem de resistir e lutar contra regressões, precariedade e perda de direitos.

A nota final é para que no final, esta saudação seja enviada às centrais sindicais, para que estas façam chegar, em particular, às empresas do concelho onde houve uma adesão significativa à greve. Não é necessário citar números aqui apenas referir que, desde a Coca-Cola ao cluster automóvel e a várias pequenas e médias empresas, os números foram publicados e são públicos. A adenda será enviada posteriormente aos serviços competentes.

Obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Portanto, Chega também se conseguirem ser telegráficos

**O Sr. Jorge Martins do CH:**

A minha mulher fez greve, eu não fiz. O caminho do conflito só deve ser percorrido em casos extremos. A conflitualidade só serve os patrões e afasta os empresários. Apenas empresas competitivas criam bons empregos, bem pagos, e estas precisam da cooperação de todos. Portaram-se todos mal: governo e sindicatos.

Este caminho não está a funcionar, como se vê pela manutenção de salários miseravelmente baixos neste nosso amado Portugal.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Vamos, então, proceder à votação da saudação da CDU, intitulada "Greve Geral".

***Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU), treze votos contra (dez do CH e três do PPD/PSD.CDS-PP) e uma abstenção de Carlos Miguel Viegas Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP.***

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Uma declaração de voto.

Obrigado.

**O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

**Declaração de Voto**

Tendo eu, como dirigente da UGT, votado a favor da greve geral nos órgãos da central e não tendo feito greve apenas porque estava de folga pelo que não poderia fazê-lo, e juntando-me à saudação em si mesma, que penso ser merecida para todos os que, sem pressões e livremente, aderiram à greve geral, direito constitucionalmente consagrado, declaro que me abstenho por não me rever em algumas considerações vertidas no documento.

Não considero, ao contrário do que refere a saudação, que o governo vise intensificar a exploração sobre os que diariamente criam riqueza. Considero, sim, que há normas do referido projeto que devem ser discutidas e passíveis de alteração, pois podem fragilizar a posição dos trabalhadores na legislação laboral.

Assim, considerando que a greve é uma forma legítima de reivindicação, considero também que o mais importante é o reatar do processo negocial na sede própria, que é a concertação social. Esperemos que tal aconteça e que seja possível chegar a um acordo que satisfaça trabalhadores e empregadores, servindo assim os interesses de Portugal.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tendo em conta que já terminámos esta questão relativamente aos documentos que chegaram à mesa, e não obstante o período dentro da ordem do dia, importa também explicar, para quem nos assiste em casa ou para quem está presente aqui, que talvez não saiba, o que é o período antes da ordem do dia.

Este período é um momento em que se podem discutir não só saudações, moções e assuntos dos partidos políticos, mas também é uma oportunidade para os deputados municipais ou membros da Assembleia Municipal dirigem questões diretamente à Presidente da Câmara ou aos Vereadores, relativamente a assuntos de interesse do município.

Partilho esta informação porque considero importante esclarecer, já que quem nos assiste em casa ou está presente pode não ter este conhecimento. Temos de falar para todos, e é por isso que faço esta explicação com um pouco de pedagogia até porque também sou professor, e essa veia acaba por transparecer.

Muito bem. Pergunto agora se algum dos membros da Assembleia pretende usar a palavra ainda dentro deste período.

Portanto, têm a palavra Chega e Partido Socialista.

**O Sr. Jorge Faria do CH:**

Cumprimento todos os presentes nesta sala, bem como aqueles que nos seguem via streaming, na pessoa do Senhor Presidente desta Assembleia.

A minha questão, que gostaria de colocar à Senhora Presidente da Câmara, diz respeito ao estado do Palmela Dreams.

Há cerca de um mês, este assunto foi levantado pelos nossos fregueses, e até agora não tivemos qualquer resposta. Passamos pelo prédio da Vila de Santa Teresinha e verificámos que as janelas continuam abertas, mesmo com a chuva. Qualquer dia, o prédio ao lado poderá ficar com problemas de humidade.

As pessoas juntaram as suas economias e apostaram na compra de uma casa ali. Não sabemos se se trata de uma burla por parte do construtor, se a Câmara está de alguma forma envolvida no processo ou se houve fiscalização adequada.

Precisamos de uma resposta concreta para os nossos fregueses, porque eles merecem esclarecimento. Já passou um mês e, até agora, não recebemos qualquer informação concreta sobre o Palmela Dreams, o prédio de Santa Teresinha e a Venda do Alcaide.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Obrigado.

Partido Socialista

**A Sra. Maria Clara Félix do PS:**

Boa noite.

Quero cumprimentar o Senhor Presidente, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, todos os membros da Assembleia aqui presentes, o público presente e todos os munícipes que nos acompanham em casa.

Tenho um pequeno reparo e uma questão.

O pequeno reparo: é que, nas minhas deslocações por algumas das estradas do nosso concelho nomeadamente Palmela/Pinhal Novo, Palmela/Quinta do Anjo e Cabanas, tenho reparado, nestes dias chuvosos, que há algumas zonas de paragem sem abrigo. Tem-me incomodado ver as pessoas completamente molhadas à espera.

A outra é uma questão: aproxima-se agora o vinte e seis, e há um instrumento extremamente importante em termos de planeamento da educação no nosso município, a Carta Educativa. Gostaríamos de ter uma ideia do estado em que se encontra e se ainda estamos muito longe de ter o documento pronto para apresentação e eventual aprovação nesta Assembleia.

Muito obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito Obrigado.

**A Sra. Diana Nascimento do PS:**

Boa noite.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e a mesa, a Senhora Presidente da Câmara e todos os vereadores, os senhores deputados, o staff que permite que esta Assembleia funcione, todos os munícipes presentes e aqueles que nos acompanham em casa.

Gostaria de questionar a Senhora Presidente sobre duas áreas distintas.

A primeira diz respeito à educação. Temos informação de que se encontra aberto o aviso para candidatura de verbas para a requalificação das escolas EB2/3 do Pinhal Novo e de Palmela. Gostaríamos de conhecer o ponto de situação do processo de candidatura destes avisos e que informação pode ser transmitida às famílias e aos encarregados de educação sobre a data de início das obras de requalificação.

A segunda questão é relativamente à escola EB2/3 da Quinta do Anjo, para saber se já podem fornecer alguma informação sobre o seu estado.

Ainda sobre a educação, gostaríamos de saber se já há data prevista para a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação.

Relativamente às obras e requalificações na Avenida do Caminho de Ferro, sabemos que está a ser concluída a rotunda que dá acesso à urbanização Casas da Quinta. Temos recebido algumas reclamações sobre buracos e desníveis, uma vez que a rotunda ainda não está terminada. Esta obra começou no anterior mandato, tinha prazo de conclusão previsto para este ano e ainda não foi concluída. Gostaríamos, portanto, de confirmar se já há uma previsão de data para a sua conclusão.

No que se refere à via estruturante da própria urbanização, gostaríamos de confirmar se há alguma data indicativa para o seu avanço, se o projeto vai prosseguir e se existe algum plano para atenuar o trânsito na urbanização. A este respeito, há registo de afunilamento de trânsito, nomeadamente de manhã e ao fim do dia, junto do Colégio St. Peter School. Temos informação de que o próprio colégio se dirigiu à Câmara para pedir medidas, e os moradores também relatam perigos na circulação, tanto para as crianças do colégio como para os habitantes da urbanização.

Ainda sobre a urbanização, gostaríamos de saber informações sobre a iluminação e a poda de árvores. Temos conhecimento de que a poda foi solicitada e que esta seria a altura ideal para ser realizada, mas ainda não ocorreu. Também sabemos que a iluminação tem estado instável nas últimas semanas, com algumas ruas completamente às escuras.

Estas são as questões sobre as quais agradeço uma resposta.

Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, quando for assim, podem levantar logo o braço e depois regista-se tudo de uma vez.

Tem a palavra, CDU.

**A Sra. Zoraima Prado da CDU:**

Muito boa noite.

Reitero os cumprimentos que dirigi anteriormente a todos e todas os presentes, aqui na sala e em casa. Senhor Presidente.

A nossa questão prende-se com a Carta Educativa de Palmela, já mencionada pelo membro da bancada do PS, mas as nossas dúvidas são duas e concretas.

Segundo o relatório de atividades, a Carta Educativa de Palmela recebeu parecer favorável do Conselho Municipal de Educação em junho e foi submetida para pronúncia na plataforma do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGFE, IP).

O que colocamos de forma concreta é se teve pronúncia favorável desse departamento? Houve, de facto, parecer favorável do departamento governamental? E quando será apresentada aos órgãos municipais, nomeadamente antes de ser remetida à Assembleia Municipal para deliberação?

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara para responder às questões que foram levantadas.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Obrigada, Senhor Presidente.

Peço desculpa; estava a tentar acompanhar, por um lado, as várias questões e, por outro, as informações em que preciso de me concentrar.

Para responder às questões colocadas pelos Senhores e Senhoras membros da Assembleia relativamente ao estado das escolas, informo que, de forma geral, todas se encontram em fase de desenvolvimento dos

respetivos projetos. A Senhora Vereadora Fernanda Pezinho poderá dispor de informação mais detalhada, mas a comunidade educativa tem conhecimento das intervenções realizadas.

Quando houver desenvolvimentos mais significativos, será feito o devido contacto, nomeadamente no contexto da realização do próximo Conselho Municipal de Educação, cuja data ainda não está fixada, mas que se pretende agendar para janeiro.

Relativamente às podas, estas estão previstas para decorrer entre janeiro e março, no máximo. Está em curso o procedimento de aluguer de uma viatura com cesta elevatória para alcançar as árvores mais altas. A previsão é que, durante esse período, a poda no concelho, incluindo nas zonas mencionadas, fique concluída.

Quanto à Carta Educativa, no início de janeiro terá lugar uma reunião de trabalho que ajudará a definir os prazos e os trâmites para a sua apresentação aos órgãos autárquicos, incluindo a Assembleia Municipal. Assim, na primeira reunião do ano, será possível ter uma ideia do calendário. Esta reunião contará, naturalmente, com a participação dos membros desta Assembleia.

Relativamente à urbanização Casas da Quinta, trata-se de uma situação delicada. Amanhã, às 9 horas, terá lugar uma reunião com vários serviços da autarquia para analisar detalhadamente as questões colocadas. De forma geral, pretende-se priorizar as intervenções que possam ser resolvidas ou minimizadas nesta fase.

Quanto à via estruturante, que visa desviar o excesso de tráfego da urbanização, realizar-se-á uma reunião de trabalho específica para abordar este tema e comunicar as intervenções mais imediatas que seja possível implementar.

Sobre as estradas nacionais e os abrigos, temos identificados alguns casos críticos, sobretudo nesta fase de inverno, com chuvas intensas. Estas vias necessitam de uma intervenção de fundo, incluindo repavimentação completa, e não apenas remendos pontuais. Este assunto consta da nossa agenda e será tratado em reuniões futuras.

Relativamente ao Palmela Dreams, desde a última vez que abordámos o tema, a Câmara Municipal apresentou participação ao Ministério Público por falsificação de documentos. Está em curso um processo judicial, e a Câmara encontra-se a colaborar com as autoridades, bem como a prestar informação aos proprietários lesados, cerca de 100 famílias identificadas até ao momento. A emissão de licenças encontra-se suspensa e todos os processos estão embargados até decisão judicial.

Quanto à Avenida dos Caminhos de Ferro, a última fase da obra a camada final de pavimento tem sofrido atrasos devido às condições atmosféricas. Assim que o tempo o permitir, a situação será regularizada, incluindo a circulação junto à rotunda, que ainda apresenta algum desconforto.

Creio, Senhor Presidente, ter respondido às questões sobre as quais posso pronunciar-me neste momento.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Sim, muito obrigado.

Termina então este ponto.

Diga sim, rapidamente, por favor Partido Chega.

**O Sr. José Lemos do CH:**

Uma pergunta que eu gostaria de colocar à Senhora Presidente.

A Senhora Presidente referiu, relativamente a esta urbanização clandestina, que a justiça irá resolver o caso e posteriormente dará uma resposta.

A mim causa alguma estranheza como é que o contencioso da Câmara não move, por si, um inquérito a todos os funcionários que, a meu ver, poderão ter sido coniventes ou mesmo corrompidos. Como é possível que as fundações e as edificações tenham sido feitas e a Câmara, durante todo esse tempo, não tenha atuado? A fiscalização não se fez sentir. Isto causa-me muita confusão.

Gostaria que a Câmara tivesse uma palavra própria, antes da intervenção da justiça. Temos aqui um caso flagrante de inoperância, ou até de possível corrupção, que terá de ser averiguado, não apenas por via civil, mas também criminal.

Disse.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Sra. Presidente, se quiser responder.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Muito bem. Senhor membro da Assembleia, penso que é natural que ainda não tenha ouvido as minhas declarações sobre este tema, nomeadamente em sessões de Câmara, mas preciso de esclarecer o seguinte.

Não estamos à espera de nada sem fundamento. Aguardamos a ação judicial, que é o mais importante, porque é através dela que se poderá, de algum modo, ressarcir as pessoas lesadas e penalizar quem prevaricou.

Quanto à ideia de abrir um inquérito a todos os funcionários da Câmara, não me parece razoável. São cerca de 1.500 pessoas. Não há qualquer indício ou prova de que algum funcionário tenha prevaricado ou contribuído para esta situação.

Voltando à questão principal como pode acontecer uma situação destas? existe legislação que permite que operações desta natureza, ou seja, a construção de um loteamento ou, neste caso, de um condomínio em zona urbana ou com loteamento aprovado, possam ocorrer sem licença prévia da Câmara Municipal.

O que acontece é que o promotor entrega à Câmara um conjunto de elementos técnicos, bastante exigentes, sob a responsabilidade do técnico autor. A Câmara apenas verifica se esses elementos estão em conformidade; trata-se de um procedimento administrativo, não de uma autorização de início de obra. Esta legislação, que já critiquei publicamente, simplifica a vida de quem pretende prevaricar e não protege suficientemente os cidadãos nem as autarquias nas suas responsabilidades.

Portanto, é possível edificar uma construção como aquela que está no local sem licença formal da Câmara Municipal.

O que acontece em seguida é que os serviços municipais vão acompanhando o processo; era do conhecimento da Câmara que a obra estava a decorrer. Até determinada altura, tudo estava dentro da normalidade. Só se tornou anormal na fase final, quando se verificou falsificação de documentos da Câmara. Esse é o momento em que a autarquia tem obrigação de agir formalmente contra o promotor.

Entretanto, surgiram queixas de vários cidadãos, solicitando declarações e informações sobre licenças. Neste caso, não era necessária licença para iniciar a obra; bastava uma comunicação prévia à Câmara. O promotor deve informar a Câmara sobre o início das obras, mas não precisa de autorização prévia.

O projeto é submetido à Câmara, analisado, e posteriormente, se aprovado, é emitida a licença de construção.

Desculpe, não é necessário neste tipo não é necessário, esta é que é a questão não sei se alguém pode dar a nova legislação não é necessário ter licença é uma comunicação prévia à Câmara Municipal e a Câmara não tem de autorizar, é de tal modo vago que estou a citar de memória é uma coisa deste género "o promotor deverá ou pode informar a Câmara Municipal do início da obra"

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Tem de ser mesmo rápido.

**O Sr. João José Lemos do CH:**

É metido um projeto à Câmara. O projeto ou é ou não aprovado pela câmara e nessa altura e nessa altura antes de meter o projeto é pedida uma informação prévia. Posteriormente é aprovado o projeto e quando é aprovado o projeto é metida a licença de construção.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Desculpe. Isso era antigamente, peço desculpa, isso era antigamente, não é assim.

**O Sr. João José Lemos do CH:**

Senhora Presidente, acabei de construir uma casa agora recente há um ano. Um ano, posso trazer na próxima Assembleia documentos que provam aquilo que estou a dizer.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

A informação prévia fora do loteamento.

**O Sr. José Lemos do CH:**

Antes de meter o projeto para ser firmado se em relação em relação ao projeto que eu quero avançar e posterior...

**O Sr. Presidente da Mesa.**

Tem, ser mesmo rápido.

**O Sr. João José Lemos do CH:**

Mas eu na próxima assembleia, trago a comunicação da câmara de uma câmara de Portugal. Portanto, pode ser diferente.

Penso que não. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa.**

Senhora Presidente da câmara.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Obrigada, Senhor Presidente. Eu gostava de tentar concluir o seguinte. a não, naturalmente o senhor tem razão relativamente a um certo tipo de processos, um certo tipo de construção.

Isto é, se o senhor quer construir uma casa que não está no âmbito de um loteamento, de uma operação de loteamento devida devidamente aprovada e licenciada a operação de loteamento, o senhor tem que apresentar um projeto e esse projeto tem que ser aprovado pela Câmara e emitido a uma licença de construção, certo? Completamente igual. Mas se estiver a falar de uma intervenção numa zona que tenha um loteamento previamente aprovado, e ali existe um loteamento aprovado, é chamado loteamento de enfim, eh tem outras designações já, mas há muitos anos que é conhecido pela eh pela não é o loteamento de Aires, loteamento, não interessa, há vários, há vários nomes, enfim, dependendo também das empresas que foram tendo intervenção nessa zona e, portanto, havendo um alvará de loteamento válido, o senhor que é, imaginemos, um promotor que quer construir um prédio, é entregue pelos seus técnicos e à responsabilidade dos seus técnicos todos os elementos inerentes à construção do edifício, é disto que estamos a falar. já não há um licenciamento da parte da Câmara e já não há emissão de uma licença para o que o senhor, enquanto construtor, comece a construção do prédio. Portanto, este é um dos aspetos que

eu mais crítico no tal Simplex que foi que foi eh, enfim, criado supostamente para facilitar as dinâmicas urbanísticas e para criar mais habitação e para facilitar a construção de habitação no país, etc. Supostamente à pala disto, simplifica-se uma coisa que realmente só permite a prevaricação.

Portanto, eh, estamos a falar de coisas diferentes. O senhor tem razão no que diz, mas eu também tenho razão no que estou a dizer, que é aquele caso. É, aliás, decreto lei 10/2022. Exatamente. Decreto lei número 10/2024 e que já teve e ficou conhecido como o Simplex urbanístico e que já teve um novo desenvolvimento do ano 2025 com uma legislação mais específica ainda que vem facilitar mais ainda.

Senhores membros da Assembleia, já agora, dizer que no Congresso da Associação Nacional de Municípios, que teve lugar a semana, enfim, no anterior fim de semana, eh todas as forças políticas se referiram a este tema como um tema preocupante. Eh, todas as forças políticas, isto é, vários presidentes de câmara de diversas forças políticas se referiram a este tema como um tema preocupante, que é um tema que não protege os cidadãos. e não aliviem nada às câmaras municipais. Porquê? Porque ao mesmo tempo coloca sobre a Câmara Municipal obrigações e funções de fiscalização que realmente as câmaras têm muita dificuldade. Se até as polícias muitas vezes têm dificuldade em cumprir, como é que as câmaras não terão? Pronto, mas remete essencialmente para a ação da fiscalização.

Obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Temos de perseguir.

Não, não pode, agora não pode. Já fez a Já fez a intervenção até vai mais do que uma vez.

Temos mesmo que avançar. Temos mesmo de avançar. Mas é, mas é outra questão.

**O Sr. Jorge Faria do CH:**

Não, não é sobre o mesmo tema.

Permita-me, senhora presidente, só uma questão a nível de fiscalização, o que é que a Câmara poderia ter feito para evitar esta situação? Ou seja, temos um prazo para fazer a construção e desde aquela obra durar 4 anos. Ou seja, deu tempo.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Mas essa um pouco a mesma questão. A Senhora Presidente respondeu, pronto, que h falta de meios. Portanto, acho que foi isso basicamente, ou seja, só estou a dizer isto porque estão a fazer as mesmas perguntas várias vezes. Estou só a dizer, mas Senhora Presidente, se quiser responder novamente.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Não, quero dizer que dificilmente se controla, ou seja, aquilo que aconteceu não era, não podia ser impedido pela Câmara, nomeadamente os negócios entre particulares nunca poderiam ser impedidos pela Câmara, ou seja, cada pessoa faz o seu negócio, celebraram-se contratos de promessa compra e venda, em muitos casos, aliás, haverá muito poucos casos de contratos registados. é outra das coisas que tenho aproveitado para dizer nestes momentos quando falo publicamente sobre o tema é a importância de se exigir o registo de um contrato de promessa compra e venda, porque verdadeiramente só estamos perante um direito constituído quando o contrato é registado. Portanto, muitas pessoas celebraram contratos promessa compra e venda. E, antes disso ainda deram sinais, depois foram, enfim, numa relação pelos vistos e agora aqui estou a falar de relatos que foram feitos, não, enfim, já não é relatos feitos, enfim, com base na relação de confiança estabelecida com o dito e promotor, construtor, etc. foram sendo feitos e adiantamentos, reforço de sinal, pronto. E o que as pessoas me disseram foi como tinham, entretanto, vendido as suas casas, aproveitavam e iam pagando, não é? E, portanto, terão sucumbido uma relação de, enfim, que foram considerando razoável e aceitável até determinada altura, que foi ir pagando as casas sem as ver concluídas.

elas realmente a dada altura pareciam que estavam quase, quase concluídas, não é? O problema foi quando se começaram a cruzar mais do que uma pessoa, e mais do que uma família para a mesma fração.

Portanto, relativamente a isso, eu não identifico, não vos vislumbro um ato, um comportamento que a Câmara pudesse ter tido que impedisse esse logro., não identifico de todo o embargo da obra, quer dizer, de facto, não tendo nada de anormal, só mesmo por incumprimento dos prazos, mas, entretanto, há inúmeros requerimentos, isto a Câmara não teve aqui uma atitude estática, não é? Há inúmeros requerimentos que foram acontecendo, foram sendo entregues, foram sendo respondidos, eh pedidos de adiamento para entrega determinados documentos e determinados aspetos remetidos para a entrega das plantas, desculpem, das telas finais, que é um dos atos últimos, não é, que dá o processo como praticamente concluído. E, portanto, tudo isto, tudo isto é aceitável do ponto de vista do procedimento administrativo. Esta aqui é a questão disso, senhor presidente. Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Vamos votar a ata número um.

Passando agora para o período da ordem do dia, ponto um, Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

**A Ata número um, de quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Passando agora para o período da ordem do dia, ponto um, Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO 1** – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Os meses de setembro e outubro correspondem a um período de regresso ao trabalho e às rotinas familiares, fortemente marcado pelo arranque do novo ano letivo. No Concelho de Palmela, esta realidade coexistiu com uma intensa atividade cultural, turística, desportiva e cívica, com organização ou apoio do Município, o que exigiu uma enorme capacidade de conciliação de esforços e recursos por parte das equipas municipais.

O crescimento demográfico registado no Concelho refletiu-se na abertura de 29 novas turmas, com impactos nos procedimentos necessários à abertura do ano escolar. Foram admitidas/os aos auxílios económicos diretos 760 alunas/os do 1.º ciclo, e no que respeita aos transportes escolares, 1.196 alunas/os viajam em transportes públicos e 309 em viaturas municipais, sendo de realçar o arranque do pagamento a 100% dos passes para quem frequenta o ensino secundário. No reforço alimentar, foram disponibilizados outros lanches saudáveis, como “tortitas” de milho e arroz, bolachas digestivas, marinheiras e de água e sal ou amendoim cru, distribuídos em cabazes, em cada sala de aula. A oferta dos cadernos de atividades dos 1.º e 2.º ciclos representou um apoio no valor de 127.250 euros, e a aprovação do novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo permitiu alargar para 70 o número de Bolsas a atribuir, com as candidaturas a iniciarem-se no período em apreço. O Município aprovou, também, a atribuição de apoios a 23 projetos socioeducativos, candidatados pelos três Agrupamentos de escolas, duas Escolas Secundárias e três IPSS.

Entre o vasto programa de Receção à Comunidade Educativa, com ações de formação, apresentações de livros e exposições, sublinha-se o tradicional Momento de Convívio, este ano, realizado na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, com centenas de participantes e a disponibilização do Caderno de Recursos Educativos, mostra de recursos e muita animação.

No que se refere a intervenções no parque escolar, concluíram-se a requalificação da copa/cozinha do JI Olhos de Água e o reforço estrutural do edifício da EB Brejos do Assa, e foi adjudicada a criação de espaço multiusos na EB Olhos de Água 2. O Município adquiriu mobiliário novo para renovar salas de aula, salas de apoio, refeitórios e outros espaços das EB Algeruz-Lau, Bairro Alentejano e Olhos de Água 2, no total de 25 mil euros, bem como seis mil euros de material didático e lúdico para as EB Cabanas e Olhos de Água 2. Devido a um problema estrutural monitorizado na EB Palhota e agravado pela instabilidade sísmica de setembro, as duas turmas daquele estabelecimento foram deslocadas para as EB Zeca Afonso e Salgueiro Maia, do mesmo agrupamento, tendo o Município desencadeado procedimento para uma empreitada urgente de reforço estrutural. É de referir, ainda, o lançamento do procedimento para aquisição e implementação de uma sala de metodologia *S.T.E.A.M. (Science, Technology, Engineering, Arts and Math)* na EB José Saramago, Poceirão, no âmbito da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão Marateca.

Ao longo do mês de setembro, o projeto "Eu Participo!" viveu o seu segundo ciclo de assembleias anuais, quer na apresentação dos resultados da primeira fase e abertura de votação das propostas às/aos munícipes, quer no contacto direto com as/os trabalhadoras/es municipais e divulgação dos projetos submetidos via "Caixa de Ideias". Com o início do ano escolar, desenvolveram-se contactos com as escolas e tiveram início as novas missões da Escola de Ativistas "Agentes Eu Participo!" e a seleção dos temas a abordar nas oficinas. O projeto multidisciplinar "Os Direitos Habitam nas Histórias" continuou a fazer caminho, registando-se a criação de um novo "Saco de Contos" sobre a Liberdade, para requisição por escolas e famílias, e mais uma edição dos "Roteiros de Histórias", desta vez, sob o tema "Histórias de Liberdade para Mudar o Mundo".

Internamente, houve lugar ao acolhimento de nove trabalhadoras/es e à divulgação do Balanço Social 2022, sendo de destacar o encerramento do processo de avaliação relativo ao biénio 2021-22, com envio de notificações a avaliadoras/es e avaliadas/os, de acordo com as deliberações do Conselho Coordenador de Avaliação. Procedeu-se ao levantamento previsional das situações passíveis de poder integrar a alteração remuneratória por via de regime obrigatório (acumulação de 10 pontos) ou por opção gestionária.

O trabalho em torno das questões da Saúde Mental das/os trabalhadoras/es municipais e os resultados do diagnóstico interno, realizado no contexto pós-pandemia, foram o ponto de partida para a organização, pelo Município, do primeiro "Encontro Nacional de Saúde Mental: Intervenção em Contexto Laboral", que registou cerca de três centenas de participantes de todo o país, com enorme interesse e perspetivas de futuro. Na área da Formação, a cibersegurança continua a ser uma prioridade estratégica, e sublinha-se o arranque dos cursos específicos para integração na carreira especial de fiscalização e para canalizadoras/es, bem como a aposta contínua na formação vocacionada para as áreas operacionais. Dirigidas a assistentes operacionais das escolas, realizaram-se ações sobre "Lideranças intermédias em contexto escolar: gestão de equipas" e "Boas práticas de higiene e segurança alimentar". Considerando a valorização profissional e pessoal das/os trabalhadoras/es, o Município volta a disponibilizar o processo de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (9.º e 12.º anos), tendo-se realizado duas sessões de esclarecimento, que resultaram em 25 proponentes. No campo da Saúde Ocupacional, o rastreio de saúde primário ao pessoal não docente das escolas, na Unidade Móvel de Saúde, abrangeu 193 trabalhadoras/es.

Com o objetivo de preparar o processo de transferência de competências da Administração Central para a Autarquia, na área da Saúde, solicitou-se à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a designação de um interlocutor e foram visitadas as nove unidades funcionais que constam do Auto de Transferências, para verificar o estado de conservação atual do equipamento não médico. À semelhança dos anos anteriores, o Município tem estado a colaborar nas deslocações de profissionais de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, no âmbito da campanha de vacinação sazonal contra a gripe e a COVID-19 nas Estruturas Residenciais de Pessoas Idosas e instituições similares. Foi, ainda, prestado apoio ao Núcleo Regional Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nas ações de rastreio do cancro da mama realizadas na unidade móvel do núcleo, que circulou por todas as freguesias.

Neste período, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social iniciou o acompanhamento a 103 famílias, para um total acumulado de 390. No campo do Gabinete de Apoio ao/a Cuidador/a Informal, começaram a efetuar-se os atendimentos, e aumentou o recurso ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com um total de 204 atendimentos, sendo de realçar um grande acréscimo na área da

União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no âmbito da OIL. Ainda com enquadramento na Operação Integrada, realizaram-se várias atividades de animação social e capacitação, na Escola José Saramago e na comunidade, e foi lançado concurso público para a requalificação do Centro Comunitário de S. Pedro, em Cajados. O mês de outubro foi, como vem sendo hábito, tempo de "Outubro MAIOR", um mês de atividades especialmente dedicadas às pessoas de maior idade e à reflexão sobre o envelhecimento ativo e os desafios em torno do aumento da longevidade.

No que concerne à concretização da Estratégia Local de Habitação de Palmela, foi publicada, a 10 de outubro, a primeira lista ordenada para atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, no âmbito do concurso realizado, tendo sido constituídos 106 processos de candidatura. Regista-se a realização das escrituras referentes a mais quatro fogos, encontrando-se vários projetos de reabilitação e construção de fogos em concurso ou já em execução. Para a UFPM, através da OIL, foi lançado procedimento para projeto de arquitetura e especialidades, com vista à reabilitação de quatro fogos, e realizou-se consulta para estudo prévio relativo à construção de um edifício com sete fogos.

Neste período, decorreu a receção de pedidos de identificação predial voluntária para minoração da taxa de IMI no Centro Histórico de Palmela, através dos serviços *online* ou em atendimento presencial. Em execução, o projeto de reabilitação do muro da Av. dos Cavaleiros de Santiago e Espada, junto ao Castelo.

A publicação da alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela veio adequar este documento aos novos procedimentos de submissão de pedidos por via digital. Relativamente ao Plano Diretor Municipal, à medida que se aproxima a conclusão do processo de revisão, continuam a aperfeiçoar-se os documentos complementares e avança a preparação do material de consulta e apoio à participação pública. No acompanhamento dos processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, firmou-se a segunda adenda ao protocolo de abastecimento de água para consumo doméstico e recolha de RSU com a Comissão de Administração da AUGI Quinta da Torre – Marquesas I e III e procedeu-se à redelimitação da AUGI Maria Luísa e alteração à planta síntese.

Concluiu-se a empreitada de "Ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais – Execução de prolongamentos (2023)" e o programa anual de desinfestação e desratização das redes, com a realização das 6.ª e 7.ª campanhas. Entretanto, continuavam a decorrer a execução da rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2 (Lagoinha), a infraestruturização da zona nascente de Olhos de Água, com a obra na Rua dos Couceiros e EN 379-2, a segunda fase de infraestruturização da Rua da Holanda (Vale de Touros) e também a segunda fase da obra de drenagem de águas residuais domésticas em Cajados. A empreitada de infraestruturas elétricas da Quinta dos Farias (Pinhal Novo), realizada pelo Município em substituição dos promotores, está terminada.

No setor de abastecimento de água, concluiu-se a "Execução de prolongamentos 2023" e a ligação do ramal de energia elétrica para o furo de captação PS2 Fonte da Vaca (Pinhal Novo), enquanto decorriam, entre outras, a empreitada de ligação dos novos furos de captação de água de Fonte da Vaca ao reservatório com a mesma designação, a remodelação da rede de abastecimento de água à Rua Miguel Cândido (Cabanas) e a integração do subsistema da Lagoinha no Centro de Comando da Telegestão.

Na sequência do forte investimento municipal na rede viária, concluiu-se a pavimentação da Rua do Anselmo (Pinhal Novo) e da Rua 13 de Maio (Lagoinha), com várias outras adjudicadas ou já a decorrer.

A recolha de biorresíduos no Concelho de Palmela tem registado um crescimento muito positivo, que o posicionou, já, no *top* 15 dos municípios do grupo EGF (composto por 174 municípios, onde a Amarsul está integrada) que recolhem uma maior quantidade de biorresíduos e em 4.º lugar no universo dos seis municípios que integram a Amarsul. Além da recolha porta-a-porta em 73 restaurantes, 11 cantinas escolares e nas urbanizações das freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo onde já se verificava este tipo de recolha para os RSU, papel/cartão e embalagens, o Município deu novos passos com vista ao aumento da Recolha Bio, com a instalação de 22 contentores inteligentes, para recolha coletiva de proximidade em três áreas-piloto (junto das já abrangidas pela recolha porta-a-porta) e de compostores comunitários em Poceirão, Águas de Moura e Quinta do Anjo. Estas ações, apoiadas na sequência de candidaturas ao Fundo Ambiental, integram campanhas de sensibilização, contacto direto com as populações e formação. Também a recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU) entrou numa fase de expansão, por via do novo contrato de gestão da Rede Municipal de Recolha Seletiva de OAU, que aumentou a cobertura da rede para 40 pontos e garantiu um novo modelo de funcionamento da rede, com base na georreferenciação da informação em Sistema de Informação Geográfica. Em matéria de equipamento, sublinha-se a chegada de uma nova viatura

a gás para a recolha de biorresíduos e a entrega, pelo Município, de duas minivarredouras mecânicas, às Juntas de Freguesia de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo.

A Semana Europeia da Mobilidade 2023 foi assinalada com um conjunto de ações para vários públicos – com especial atenção à população escolar – a fim de sensibilizar para opções de mobilidade mais sustentáveis. No âmbito do projeto “Pinhal Novo Verde”, fruto de uma candidatura ao programa Compete 2020, deu-se início aos trabalhos preparatórios para a plantação das árvores, quer em Val’Flores, quer no espaço do Mercado Mensal, com limpeza de terrenos, instalação de redes de rega e outros. Entretanto, foi lançado concurso para a obra de ampliação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo. Relativamente ao espaço público, à data, a segunda fase da remodelação do Jardim José Maria dos Santos (Pinhal Novo) encontrava-se em conclusão e decorria a empreitada de espaços exteriores da Praceta nascente da urbanização Nova Palmela.

O Dia Mundial do Animal foi celebrado com ações de sensibilização, dirigidas ao público escolar e à população. O programa CED teve continuidade, com a realização de esterilizações semanais e a entrega de alimentação à rede de cuidadoras/es da comunidade.

No âmbito da conservação permanente do Castelo de Palmela, concluíram-se trabalhos de carpintaria nas portas e encontravam-se em execução os estudos e o projeto de reabilitação para estabilização das estruturas da Torre de Menagem e Corpos Contíguos. Ao abrigo do programa “Mecenas de Palmela”, iniciou-se o restauro de uma das imagens de Santiago do Museu Nacional de Arte Antiga, em depósito em Palmela, na reserva patente na Igreja de Santiago. Em termos formativos, nas áreas da história e património cultural, este foi um período particularmente rico, sendo de referir a palestra sobre a Ordem de Santiago e a sua autonomização e o primeiro Mestre português, para apoiar a realização da Feira Medieval, a conferência sobre Duarte Darmas, como complemento da exposição “Duarte Darmas: do Cálamo ao Drone”, patente da Igreja de Santiago, e mais um curso no Dia Nacional dos Castelos, desta feita, sobre o tema “Construir, Defender e Viver num Castelo Medieval Português”. Entre 25 e 29 de outubro, o IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares reuniu cerca de oito dezenas de conferencistas, em representação de muitas universidades nacionais e estrangeiras, que fizeram de Palmela, uma vez mais, o centro da investigação mundial sobre o tema.

Ainda no campo da historiografia local, o Município apresentou, publicamente, o estudo de cor dos medalhões do Chafariz D. Maria I, inaugurou a exposição temporária “Entre Copos e Balões. Do Ensaio Analítico à Enologia Moderna” no Espaço Cidadão, divulgou o projeto de continuidade “Álbum de Família” na Festa de Todos os Santos e colaborou com a investigadora Cecília Matos na exposição “Coleção Fotográfica de José Artur Bárcia: Quinta do Anjo e Palmela – 1906-1921”, que integrou o programa desta festa centenária. No âmbito do programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal (PRAIM), iniciou-se o trabalho de apoio ao Teatro O Bando, na inventariação e catalogação do seu arquivo.

O “Guia de Boas Práticas Ambientalmente Sustentáveis em Bibliotecas Escolares”, que resulta do trabalho desenvolvido pelo Grupo das Bibliotecas Escolares do Concelho de Palmela desde 2019, foi apresentado em vários encontros nacionais. Neste período, tiveram continuidade projetos de referência, como as “Conversas sem Margens”, e as Bibliotecas Municipais acolheram o lançamento de livros de autoras/es nacionais, a exibição de exposições e a realização de ações de formação, em rede com a comunidade e outros projetos da Autarquia.

A 60.<sup>a</sup> edição da Festa das Vindimas, com um programa eclético, que aliou propostas atuais à componente mais tradicional, foi um momento alto de afirmação da identidade local, fortemente enraizada no mundo agrícola, e de promoção da vinha, do vinho e demais produtos de qualidade. Entre muitos espetáculos com artistas locais e nacionais, o programa integrou o Encontro Concelhio de Folclore. Também a Festa de Todos os Santos – a mais antiga com realização ininterrupta – merece destaque, entre muitas outras concretizações do movimento associativo, com o apoio do Município. As comemorações do Dia Mundial da Música tiveram início com o regresso da “Sinfonia Palmela”, do Maestro Jorge Salgueiro, com as quatro filarmónicas do Concelho, grupos corais, o Conservatório Regional de Palmela e a Orquestra Nova de Guitarras, em duas sessões esgotadas no Cine-Teatro S. João. No Auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro, sublinha-se o programa comemorativo dos 40 anos do grupo ATA – Acção Teatral Artimanha, com grupos convidados de todo o país, e a extensão do festival de cinema *MotelX*, com a programação infantil “Sustos Curtos”. Em Águas de Moura, as “Noites na Fonte” foram pretexto para dois serões de cultura e convívio, e a inauguração do Monumento aos Combatentes do Concelho, por iniciativa do Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos

Combatentes, com o apoio do Município, prestou homenagem às/aos combatentes e proporcionou um momento de reflexão em torno da urgência da Paz.

Também a propósito dos objetivos de promoção da Paz e da cooperação para o desenvolvimento, durante a inauguração da Festa das Vindimas, o Município recebeu várias comitivas diplomáticas e representações institucionais dos municípios amigos de S. Filipe e Praia (Cabo Verde) e Barcarrota (Espanha), com os quais foram realizadas, posteriormente, reuniões de trabalho e visitas para conhecer projetos locais e agentes económicos. Em outubro, realizou-se, em Barcarrota, uma reunião, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento, com renovação do compromisso.

Neste período, foram adjudicados serviços para reabilitação de vários Espaços de Jogo e Recreio (EJR) do Concelho, encontrando-se, à época, a decorrer concursos para aquisição e reparação de equipamentos em diversos EJR em espaço público e escolas. Iniciou-se, entretanto, a empreitada relativa à reabilitação do EJR Firmino Camolas (Palmela) e concluíram-se vários melhoramentos no Polidesportivo do Bairro Alentejano. O projeto de reabilitação da antiga sede do Clube Desportivo Pinhalnovense foi adjudicado - um passo determinante para a recuperação do edifício histórico e a regeneração urbana daquela zona de Pinhal Novo. Entre os eventos desportivos realizados nos meses em apreço, o ciclismo esteve em destaque, com a 7.ª "Rampa das Vindimas" e mais uma edição da atividade "Pedala com a Cofidis", promovida pela Federação Portuguesa de Ciclismo, com o apoio do Município, para incrementar a utilização da bicicleta por crianças e jovens.

A realização de mais uma edição da Feira Medieval de Palmela valorizou a história local e acolheu 26 mil visitantes, com um programa que continua, anualmente, a acrescentar valor. O episódio sobre a oferta enoturística do Concelho, produzido para o programa "Experiências.pt" do canal "Casa & Cozinha" venceu o 1.º lugar na categoria "Melhor Documentário de Enoturismo" no 16.º *Art & Tur – Festival Internacional de Cinema de Turismo*, e no âmbito do apoio ao 11.º *Finisterra: Arrábida Film, Art & Tourism Festival*, o Município recebeu uma comitiva de 35 profissionais internacionais do setor audiovisual. Assegurou-se a participação no 2.º Festival Nacional da Canção Rural, com o tema "Brinde à Vida", e no concurso Rainha das Vindimas de Portugal, onde a Rainha das Vindimas 2022 foi eleita Miss Simpatia. O programa de dinamização e promoção dos Mercados Municipais continua com elevada dinâmica e a congregar a participação de operadores económicos, parceiros locais, artesãos/ãos e microempresas, que encontram nestes espaços de comércio de proximidade uma importante plataforma de divulgação do seu trabalho.

Na sequência do Plano de Capacitação para Jovens, Empreendedores e Empresas 2023 que o Município tem vindo a dinamizar, em parceria com a *Dypall Network*, realizaram-se três ações de capacitação. O 1.º Dia Aberto da Incubadora de Empresas contou com a presença do Instituto Politécnico de Setúbal, da Fundação Escola Profissional de Setúbal e do Madan Parque Ciência e, entretanto, foi admitido um novo projeto na Incubadora, na área da Consultoria em Recursos Humanos e Qualidade. Um novo encontro em Palmela da *Enterprise Europe Network* abordou, desta vez, "Os Desafios das Empresas numa Economia em Mudança" e reuniu empresas e empreendedoras/es locais num momento de partilha de boas práticas e oportunidades de negócio. No âmbito da OIL, procedeu-se à identificação e caracterização do público-alvo, entidades empregadoras e instituições locais, com vista ao desenvolvimento do programa de formação e capacitação para a empregabilidade e criação do próprio emprego.

O Município viu aprovadas, neste período, duas candidaturas ao "ICNF Bem Estar Animal 2023", eixo "Sensibilização e Informação", para apoio na prestação de serviços veterinários de assistência a animais detidos pelos Centros de Recolha Oficial de Animais e por famílias carenciadas, e para campanhas de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, no valor global de 40 mil euros.

A OIL, já aqui abordada por diversas vezes, continuará a desempenhar um papel de grande relevo nos meses que se seguem, pela sua enorme abrangência e impacto na melhoria dos indicadores de desenvolvimento das freguesias rurais. O envolvimento da comunidade é determinante para o sucesso deste objetivo, tendo-se realizado várias reuniões com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca e demais entidades que integram a parceria local, bem como uma nova sessão pública no Centro Cultural de Poceirão, contribuindo para uma governação participada e eficaz.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Pergunto se algum dos membros pretende usar a palavra relativamente a esta atividade municipal. O documento também já tinha sido enviado para vossas excelências, mas pergunto na mesma se pretendem intervir.

Muito bem. Registrando dois pedidos, primeiro a CDU e depois o Partido Socialista.

**A Sra. Cristina Moura da CDU:**

Boa noite. Eh, gostaria de cumprimentar a todos os presentes e as pessoas que nos estão em casa a ouvir na presença do senhor presidente da mesa. Eh, congratular também e o município mais uma vez pela pelo elaborado a pela elaborada apresentação da de todas as atividades que foram feitas. é um resumo bastante rico, mas com certeza que muitas outras coisas ficaram por dizer. Eh gostaria de eh apenas de questionar eh aqui uma questão que eh que nos preocupa, qual é o ponto de situação relativamente ao projeto da Ribeira da Salgueirinha? Eh, portanto, esta é a segunda fase, eh, que está em execução há cerca de há mais de um ano, precisamente, este prazo, foi prorrogado? se sim, até quando? Para quando eh a conclusão e e a aprovação deste projeto que que é a estrutural para portanto para a Ribeira da Salgueirinha disso? Obrigado.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Eh, Partido Socialista, bancada do PS, pode fazer a vossa questão.

**A Sra. Maria Clara Félix do PS:**

Muito obrigada. Vou tentar ser breve, não é?

Vou começar por dizer que há um pequeno lapso relativamente às Festas das Vindimas. O dia da bênção do mosto estava previsto para 7 de setembro, mas, infelizmente, a chuva também nos brindou e acabou por alterar essa data. Pronto, é um lapso que está aí identificado.

Queria, então, falar de uma ou outra situação, chamando a atenção para uma sugestão. Na página 22 fala-se do desenvolvimento e da formação. No fundo, trata-se de sensibilizar não quer dizer que a Câmara não esteja atenta a isso, até porque tem uma grande responsabilidade relativamente ao pessoal que trabalha nas escolas nos últimos anos.

Fala-se aqui no acolhimento, fala-se no acompanhamento, e queria alertar para a grande necessidade de formação deste pessoal, uma necessidade que é cada vez mais premente, sobretudo tendo em conta a elevada rotatividade: entram e saem com muita rapidez. Estão pouco tempo e, quando já começam a dominar algumas funções, acabam por sair. Portanto, é realmente importante termos atenção a este aspeto, pelo bem-estar de todas as crianças do nosso concelho.

Depois, passando à página 31, há um quadro sobre a nossa população escolar. Esse quadro não mostra porque não temos essa informação nada sobre a educação de adultos. Mais uma vez, trago este tema. Sei que, à partida, as escolas têm essa resposta, mas a verdade é que a educação de adultos não tem de estar necessariamente nas escolas. Pode estar nas escolas, mas também pode estar noutros espaços.

Tendo em conta que este nosso concelho se afirma como um espaço educativo, integrado no movimento das Cidades Educadoras, penso que poderíamos refletir sobre este aspeto. Isto é apenas uma sugestão, mas é algo determinante para o desenvolvimento do tecido económico e para o desenvolvimento socioeconómico da região.

Diria ainda, noutro sentido e há bocadinho falámos disso que nos afirmamos como um concelho multicultural, inclusivo, e acredito verdadeiramente que o somos. Nesse contexto, a língua de acolhimento é fundamental: dar o português enquanto língua de acolhimento àqueles que nos procuram. Isso é importante para que essas famílias se sintam acolhidas e para o sucesso educativo das suas crianças.

E agora, não falando apenas dos migrantes, mas também dos portugueses: penso que todos sabem que cerca de 38% da população portuguesa tem como nível máximo de escolaridade a educação básica, o equivalente ao 9.º ano. Há que fazer mais para melhorar o nosso espaço educativo.

Há também que pensar que quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos pais e já agora das mães, que são determinantes mais longe os filhos vão e maior é o seu sucesso educativo.

Portanto, acho que não podemos descurar este aspeto. É apenas uma sugestão que gostaríamos de aqui deixar.

E pronto, tenho dito.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Pergunto se mais alguma bancada pretende usar da palavra.

Muito bem. Antes de passar a palavra à Senhora Presidente, gostava também, na qualidade de membro desta Assembleia, como o Regimento o permite, de partilhar duas preocupações que tenho, nomeadamente no âmbito da saúde, porque vemos que existem instalações muito degradadas. Recordo-me, assim de repente, de Brejos do Assa, que necessita de uma reparação, mas depois vemos que aquele edifício é arrendado, o que torna tudo muito mais difícil.

É preciso, de facto, assegurar condições dignas para os profissionais de saúde conseguirem trabalhar ali e, principalmente, para os utentes conseguirem ter alguma qualidade no atendimento, porque eu já lá fui, eu já vi com os meus próprios olhos, ninguém me contou. E isto é mesmo muito preocupante e é prioritário.

É muito importante discutirmos datas, comemorações e tudo o mais que se queira discutir e deliberar. Isso é tudo muito importante, mas eu acho que é ainda mais importante a saúde das pessoas. E, de facto, o estado da saúde aqui em Palmela precisa mesmo de um reparo urgente e até de repensar o funcionamento das unidades.

Refiro-me às USF, como por exemplo a da Quinta do Anjo, que aposta mais na produtividade e tem incentivos associados. Podem ser modelos de futuro em que vale a pena apostar, em vez de modelos como ainda vemos por aqui, as UCSP creio que é esta a nomenclatura, que não são atrativas para os profissionais e acabam por desertificar até mesmo aquelas instalações.

Ainda me recordo de Águas de Moura: a instalação é fantástica, mas depois vemos que nunca ninguém vai para lá trabalhar. Portanto, de que é que vale ter uma boa instalação sem profissionais? Acho que isso tem mesmo de ser uma aposta: tentar, de alguma forma, incentivar e trazer os profissionais de saúde para aqui, até mesmo com habitação de função ou com um subsídio de renda, como também já ouvi falar. Mas, de facto, é preciso concretizar.

E mais do que isso: segurança. Nestes sítios tem de haver segurança, porque os profissionais de saúde não podem ficar ao abandono. Não podem. Chega lá um utente e depois como é que é? Como é que estão asseguradas as condições de segurança? Ter um segurança à porta, por exemplo. Eu sei que o município não tem todas estas responsabilidades, mas o Estado tem de ser chamado à colação e tem de trabalhar, tem de trabalhar, tem de trabalhar.

Em relação à habitação, é também um ponto que me preocupa. Atualmente temos muito pouca oferta de habitação. Desafio-vos a todos a verem os sites que promovem o arrendamento: em Palmela há muito pouco no mercado privado e aquilo que há está altamente especulado, com preços muito elevados.

Se não existir uma estratégia que aposte, de facto, na construção rápida, modular, que disponibilize terrenos públicos para isso e que construa rapidamente, não vamos conseguir atacar como deve ser o problema da habitação. Porque, mais do que slogans, é mesmo preciso concretizar, concretizar, concretizar. O que as pessoas lá em casa querem saber, no final do dia, é se amanhã vão ter melhores condições ou não.

Muito obrigado.

Senhora Presidente desculpe este desabafo, mas achei que era a oportunidade certa para o fazer neste Conselho Municipal.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Senhor Presidente, obrigada pelas questões e também pelo desabafo.

Começo precisamente por aí. Gostava apenas que o Senhor Presidente não se esquecesse de uma coisa que é importante referirmos: a Câmara Municipal tem responsabilidades nas instalações dos equipamentos de saúde há muito pouco tempo. Há muito pouco tempo, mesmo.

E já começou a fazer algumas coisas que, durante muitos anos, não foram feitas. Por exemplo, não existia ar condicionado a funcionar uma coisa básica e elementar. Portanto, claro que há imensas coisas para fazer na melhoria das instalações, neste caso dos nossos centros de saúde, mas, Senhor Presidente, ainda é muito pouco tempo, peço desculpa, é mesmo muito pouco tempo para conseguirmos ter já resultados visíveis.

Quanto ao seu desabafo sobre a habitação, eu acompanho com muita preocupação o estado a que chegámos. Mas o estado a que chegámos é o estado da tirania do mercado. Desculpem lá, mas em matéria de habitação não há outra coisa mais importante que possa ser dita. A verdade é que nunca houve, por parte dos diversos governos em Portugal, uma opção verdadeiramente assumida pela promoção e valorização da habitação pública. Esta é a primeira grande questão.

A segunda questão é que se deixou tudo o que são regras em matéria de habitação, e nomeadamente de arrendamento, ao critério do mercado, ao funcionamento do mercado. E, portanto, se o mercado tem espaço para especular, especula é essa a sua função. E, assim, o nosso grande problema da habitação é essencialmente este.

Mas, pronto, o Senhor Presidente disse bem: havemos de ter oportunidade de conversar mais aprofundadamente sobre estes temas.

Relativamente às questões concretas aqui colocadas sobre a Vala da Salgueirinha, efetivamente a Vala da Salgueirinha tem tido algumas dificuldades sempre que surgem novas questões por parte de alguma das entidades, nomeadamente pela APA Agência Portuguesa do Ambiente. Sempre que há uma nova questão colocada, o processo pára e a contagem do tempo também pára.

Nós temos, neste momento, enfim, eu espero que haja novidades em breve, mas não sei dizer quando é que poderemos ter aqui um desenvolvimento mais efetivo deste projeto, que é tão importante para todos.

Depois, em relação às questões da educação e da formação, sim, estou completamente de acordo quanto à importância da educação que acontece fora das escolas. Mas já agora, acrescento que mesmo no caso das escolas nós temos, por exemplo, o ensino do português também para adultos. O Agrupamento José Saramago, em concreto, é um desses exemplos.

Tem razão no que diz e, aliás, nós podemos juntar ainda mais alguns dados, porque, por exemplo, no mesmo mapa, na mesma página que referiu, onde estão assinaladas algumas intervenções para a população idosa, abaixo temos uma descrição em que se refere que a programação privilegiou um conjunto de atividades para a população com 55 anos e mais e para as famílias, naturalmente de acesso gratuito, em áreas como a sensibilização e informação, a promoção de estilos de vida saudáveis, a educação ao longo da vida, a animação, o entretenimento, o lazer, entre outras.

No fundo, há muitas iniciativas que também visam a formação das pessoas mais idosas e nós temos, provavelmente, de passar a identificá-las e comunicá-las de outra maneira.

Deixo ainda uma outra questão: tenho sido desafiada e isso já aconteceu pelo menos duas vezes neste curto espaço de tempo, o que considero significativo para apoiarmos mais a dinâmica da universidade sénior no concelho. É uma das formas, não é a única, mas é mais uma forma de olharmos para esta área com atenção.

Temos algumas instituições no concelho envolvidas, algumas com dificuldades, nomeadamente ao nível das instalações, o que é frequente aqui no nosso concelho, em Palmela, mas que desenvolvem um trabalho que nós podemos e devemos divulgar e valorizar.

Sim, claro que é possível fazer mais, e acho que devemos estar atentos a este tema.

Disse, Senhor Presidente.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Obrigada.

O Partido Chega pediu a palavra primeiro, mas depois... sim, diga.

**O Sr. João José Lemos do CH:**

Senhor Presidente, apenas uma pequena nota em relação à chamada especulação imobiliária por parte dos proprietários.

Se tivermos em linha de conta que o Estado se substituiu a uma função que era social, basta lembrar, por exemplo, que foi extinto o Fundo de Fomento da Habitação, que era a instituição que realmente proporcionava casas e habitações económicas. As cooperativas praticamente acabaram e, durante muitos anos, a taxa de atualização das rendas foi zero, ou muito próxima disso.

Existem rendas de contratos feitos em 1978 que ainda hoje não sofrem praticamente qualquer aumento, a não ser uma taxa ridícula, que não serve sequer para cobrir a manutenção dos edifícios, o IMI e outros encargos. Estamos a falar de rendas de 100 euros, de 80 euros, e até menos.

Portanto, não é justo colocar esta responsabilidade apenas do lado dos proprietários. O Estado retirou-se, de facto, da promoção da habitação social e deixou de assumir esse papel. Não são agora os empresários ou os proprietários que podem, sozinhos, suportar essa penalização.

Isto é algo que tem, claramente, de ser revisto num Estado que se quer equilibrado e justo.

Era só isso. Tenho dito.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Partido Socialista.

**A Sra. Maria Clara Félix do PS:**

Senhora Presidente, agradeço muito a sua resposta, mas, por acaso, eu estava a falar mesmo da população adulta ativa, era mesmo nisso que estava a pensar e essa população também pode ter formações nas escolas, mas fora do contexto escolar, não é? Era a isso que me referia.

Muito obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem. Este ponto não se vota, portanto dou apenas nota disso, e aproveito também para dizer o seguinte: às vezes, mesmo nos debates ou durante o período antes da ordem do dia, surgem questões. Compreendo isso, tendo em conta os timings regulamentares.

Mas, se todos consultarem o artigo 11.º, n.º 2, alínea j, um dos direitos dos membros da Assembleia Municipal é colocar questões mesmo fora das sessões da Assembleia, dirigindo-as à Câmara Municipal por intermédio do Presidente da Assembleia.

Imaginem que têm uma dúvida qualquer ou uma pergunta que queiram colocar à Câmara, mas não o fazem aqui porque não tiveram tempo ou porque se esqueceram: existem sempre outros períodos ao longo do ano em que podem colocar essas questões por escrito. Este é um direito vosso que é importante salientar, para que o possam utilizar sempre que assim entenderem.

Muito bem. Em relação ao ponto dois contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, empresa local de promoção do desporto, da saúde e da qualidade de vida, Unipessoal Lda., este ponto tem de ser deliberado.

Dou nota de que tem de ser apresentado em minuta, tendo em conta os efeitos jurídicos necessários e, portanto, peço e dou a palavra à Senhora Presidente para apresentar este contrato-programa.

**PONTO 2** – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

**Proposta:**

A promoção e apoio ao desenvolvimento do desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva para os/as munícipes, com qualidade, são atribuições das autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

No âmbito da política do Município de Palmela, para a gestão dos seus equipamentos desportivos, tem sido concretizada através de programas com fins educativos, desportivos e sociais, de modo a possibilitar a um maior número de pessoas e de instituições educativas, desportivas e sociais, em especial às que se situam no território do concelho, a utilização dos sete equipamentos desportivos municipais sob gestão da Palmela Desporto, E. M. – Piscinas de Palmela e Pinhal Novo, Campo de Jogos de Palmela, Campos de Padel de Pinhal Novo, Pavilhão Desportivo de Pinhal Novo, Pavilhão Municipal de Palmela e Pavilhão Municipal José Silvério – e, consequentemente, aumentar o número de praticantes desportivos e de exercício, elevando o nível desportivo no concelho.

Estas funções sociais cometidas à Palmela Desporto, E.M. têm, como consequência, custos que justificam a comparticipação financeira do Município a título de indemnização compensatória (ou subsídio à exploração).

Os resultados alcançados, plasmados nos diversos relatórios apresentados pela empresa e no estudo produzido (Avaliação do Modelo de Gestão e Estratégia da Palmela Desporto, E.M. – Avaliação qualitativa e da racionalidade acrescentada dos modelos de gestão e atual e possíveis de implementar, cujo relatório foi elaborado em janeiro de 2020), são claros quanto à evolução verificada e quanto à pertinência de continuidade deste modelo de desenvolvimento, quer em termos financeiros quer em termos sociais, e de capacidade de antecipar respostas que correspondam às necessidades e aspirações individuais ou coletivas e justificam, inequivocamente, a comparticipação financeira do Município a título de indemnização compensatória (ou subsídio à exploração).

As experiências de funcionamento desta parceria merecem avaliação positiva de ambas as partes, sendo que, para que a Palmela Desporto E.M. continue a planificar de forma estruturada a sua intervenção, propõe-se a concretização de um contrato programa plurianual com vigência até 31 de dezembro de 2027, o qual mereceu parecer prévio favorável do Fiscal Único e que se anexa.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela delibere, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a celebração do Contrato-Programa, à deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e pelos fundamentos constantes da presente proposta e minuta de contrato anexa.

**A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:**

Senhor Presidente.

Esta é uma obrigação que, nesta altura do ano, de facto temos de cumprir, tendo em conta as responsabilidades que a Câmara Municipal delegou na empresa municipal Palmela Desporto, de promoção e apoio ao desenvolvimento do desporto, bem como da criação de condições de prática desportiva para todos os cidadãos, com qualidade.

Estas são, por um lado, atribuições das autarquias e que, neste caso, no âmbito da política do Município de Palmela para a gestão dos seus equipamentos desportivos, têm sido concretizadas através de programas com fins educativos, desportivos e sociais, que envolvem um significativo número de pessoas e de instituições educativas, desportivas e sociais.

Ora, tudo isto é concretizado, neste caso, através da empresa municipal Palmela Desporto, que detém a responsabilidade da gestão e da utilização de sete equipamentos desportivos municipais. São eles: as piscinas de Palmela e de Pinhal Novo, o campo de jogos de Palmela, os campos de Padel de Pinhal Novo, o pavilhão desportivo de Pinhal Novo, o pavilhão municipal de Palmela e o pavilhão municipal José Silvério.

E, portanto, estas funções sociais cometidas à empresa municipal Palmela Desporto têm como consequência custos que justificam e exigem a comparticipação financeira do município, a título de indemnização compensatória ou subsídio à exploração.

Os resultados alcançados, e os diversos relatórios apresentados pela empresa, bem como os estudos que o próprio município desenvolveu no mandato anterior para aferir e melhor avaliar o desempenho, a qualidade e a racionalidade do próprio modelo de gestão, permitem concluir que são claros quanto à evolução verificada no desempenho da própria empresa e também quanto à pertinência da continuidade do modelo de desenvolvimento que tem vindo a ser implementado, quer em termos financeiros, quer em termos sociais.

Assim, neste sentido, a proposta é que se concretize, mais uma vez, o contrato plurianual com a Palmela Desporto, que deverá vigorar até dezembro de 202..., e que recebeu também o parecer favorável do fiscal único. Esta proposta faz parte da documentação que os senhores membros da Assembleia têm à consideração.

Como disse, Senhor Presidente, haverá naturalmente lugar a questões, e eu estarei disponível para responder.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas pretende usar da palavra.

Então, pela ordem das inscrições: PPD/PSD, CDS-PP, depois Chega, depois Partido Socialista e, por fim, CDU.

**A Sra. Yolanda da Silva do PPD/PSD.CDS-PP:**

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento os restantes membros da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e os vereadores presentes, os membros desta Assembleia Municipal, os trabalhadores do município aqui presentes, a comunicação social, o público presente, a casa que nos recebe e todos os que nos acompanham a partir de casa.

Antes de passarmos ao tema da Palmela Desporto, gostaria de questionar a Senhora Presidente não sei se me poderá responder desde já sobre a alteração da ordem das sessões, nomeadamente no que respeita ao contrato-programa e ao orçamento, uma vez que isso dificulta o acompanhamento dos trabalhos por parte da nossa bancada.

Passando agora ao subsídio à exploração atribuído à Palmela Desporto, o que nos apraz dizer, em primeiro lugar, é que as empresas de promoção do desenvolvimento local e regional devem visar a promoção do crescimento económico e o reforço da coesão económica e social, tal como resulta da premissa plasmada no n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial e das Participações Locais.

Tive a oportunidade de acompanhar as últimas reuniões de Câmara, onde foi referido que a Palmela Desporto tem, para além da eficiência empresarial, uma função social. Contudo, é necessário lembrar que a autarquia deve ter em conta, na atribuição de fundos, os princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade, que são basilares na prossecução do interesse público.

Aqui, de facto, não se percebe essa justa ponderação, na medida em que, independentemente dos resultados visados, o subsídio atribuído rondará sempre os 800.000 euros: concretamente, 801.000 euros em 2025 e 850.000 euros em 2026. Ora, a sensação que fica é que pouco importa o desempenho, porque a Câmara continuará a injetar dinheiro público, face a um resultado líquido a atingir que ronda, ao longo dos anos, os 10.000 euros.

Estamos perante uma empresa em que não se vislumbra qualquer autonomia face ao subsídio atribuído, para além de resultados pouco expressivos. A Palmela Desporto não tem tido, ao longo dos anos, uma atividade verdadeiramente transversal às quatro freguesias, sendo que, na Quinta do Anjo, a título de exemplo, não há sequer piscina ou pavilhão desportivo.

Tenho também de discordar, com todo o respeito, do argumento utilizado pelo Executivo na reunião de Câmara do passado dia 3 de dezembro, quando foi dito e passo a citar: "Este investimento não tem prego face à função social que desempenha."

Vejamos: como é evidente, a função social é fundamental, e não se levanta qualquer questão quanto a isso. No entanto, discordamos totalmente quando se afirma que o investimento não tem, ou não deve ter, preço em função da componente social, porque qualquer investimento em que sejam atribuídos fundos públicos deve e tem de ter um custo claramente justificado. Esse dinheiro, como já referi na sessão anterior, pertence aos munícipes e, portanto, deve ser aplicado com responsabilidade e ponderação.

Existindo a componente social, além da eficiência empresarial, isso é o mínimo que se espera quando se vai atribuir um valor tão elevado. Caso contrário, não vemos razões suficientes para este nível de financiamento por parte da autarquia.

Assim, em consonância com o nosso sentido de voto em Câmara, bem como nos anos anteriores, votaremos contra, Senhor Presidente.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tem a palavra a bancada do Chega.

**O Sr. Jorge Faria do CH:**

Obrigado, Senhor Presidente.

Não é possível analisarmos, com a devida profundidade, uma situação como a da Palmela Desporto em tão pouco tempo.

Em primeiro lugar, a Palmela Desporto realiza um trabalho que nos parece meritório em alguns aspetos, como, por exemplo, o trabalho com as escolas, os programas com a terceira idade, o "Aprender a Nadar" para quem tem menos possibilidades, entre outros. Ou seja, este é um trabalho importante que existe ao serviço da população, sobretudo ao serviço de quem menos tem.

Na segunda parte, a parte financeira, a Câmara vai financiar o défice de exploração da Palmela Desporto com 850.000 euros em 2026 e mais 850.000 euros, volto a repetir, em 2027, num total de 1.700.000 euros. Isto é muito dinheiro que nós, contribuintes, estamos a dar à Palmela Desporto. Esta comparticipação, em vez de diminuir o que nos pareceria lógico, aumenta. Alguma coisa aqui nos parece, à primeira vista, que não está bem.

Uma análise das contas precisa de ser complementada com visitas aos locais, para se conseguir perceber o que aqui se passa e podermos comparar, de forma racional, a Palmela Desporto com outras realidades em geografias e culturas próximas da nossa.

Claro que esta situação precisa de mais tempo para se poder fazer uma análise mais profunda e percebermos se, na realidade, é isto que se passa. O Estado raramente é o melhor caminho quando se trata de fazer valer e bem utilizar o dinheiro dos contribuintes a favor da população.

Vamos votar contra, porque achamos que a Palmela Desporto necessita de se esforçar bastante mais na utilização dos dinheiros públicos, necessita de se esforçar bastante mais no serviço às populações e necessita de mostrar, não só a nós, mas também diretamente à população do município, que cada cêntimo que a Câmara nela gasta não é desperdício, mas sim uma melhoria na qualidade de vida de todos os que dela necessitam.

Disse.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Partido Socialista.

**A Sra. Patricia Valente do PS:**

Muito obrigada, Senhor Presidente.

A Palmela Desporto beneficia de financiamento municipal com o objetivo de prestar serviços desportivos e de promoção da saúde aos munícipes do nosso concelho.

No entanto, verificamos que os valores cobrados aos utilizadores finais não refletem, nem sempre, a qualidade da oferta de serviços prestada pela empresa, seja ao nível dos serviços em si, seja ao nível da manutenção das infraestruturas, como é o caso das piscinas municipais e também do ginásio da piscina do Pinhal Novo.

Quando comparamos o serviço da Palmela Desporto com entidades privadas, constatamos que, apesar do investimento público, a qualidade apresentada pelo serviço da Palmela Desporto é inferior e, no mínimo, não corresponde aos valores praticados, que são muito semelhantes e, em alguns casos, superiores aos do setor privado. Existem vários ginásios privados na nossa região que, por vezes, praticam preços mais baixos do que os atualmente praticados pela Palmela Desporto, que beneficia de um financiamento público elevado.

Sendo esta oferta pública financiada pelo município, queremos questionar como é que se justifica que o serviço prestado fique, por vezes, abaixo da qualidade disponibilizada pelo setor privado, quando deveria ser um exemplo de qualidade e acessibilidade para a população.

Deixamos esta pergunta para já.

Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

CDU.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Muito obrigado, Senhoras e Senhores membros da Assembleia.

Sobre esta matéria, de facto, é preciso tempo, disponibilidade e vontade para analisar e estudar um conjunto de documentação, e desde logo começar por conhecer a lei do setor empresarial local. Recentemente, surgiu um documento que pode ser inspirador, dado que aqui se falam comparações, quer com o setor público, quer com o privado: o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Para termos uma ideia, o setor empresarial local tem atualmente 163 empresas municipais e 26 serviços municipalizados em todo o país. Municípios e associações de municípios, de diferentes quadrantes partidários, apostam nestas empresas porque encontram aqui um modelo de gestão mais ágil, mais flexível, que produz melhores resultados e salvaguarda o interesse público. E todas elas recebem um subsídio à exploração.

Fala-se aqui do aumento do subsídio à exploração. Pois bem, há o aumento do número de equipamentos que têm de ser geridos, mantidos e conservados, e cada equipamento é um centro de custos. É preciso ter isto em conta: não são equipamentos para gerar lucro. E, ainda assim, quando se fala em valores absolutos, muitas vezes se omite talvez propositadamente o valor global do orçamento da Palmela Desporto.

Se o município tivesse de internalizar a gestão destes equipamentos, pagando fornecedores e trabalhadores, só em pessoal seriam 1.620.000 euros. Não vou falar dos honorários, que são prestações de serviços não permanentes. Só em energia são 250.000 euros. Só em fornecimento de serviços segurança, vigilância, limpeza, manutenção, relvado no complexo, etc. são 407.000 euros.

Tudo é feito de acordo com as normas do Código do Procedimento Administrativo e do Código da Contratação Pública, tudo como deve ser.

Devemos fazer uma avaliação criteriosa e não apenas normativa da Palmela Desporto. É preciso perceber que, atualmente, a Palmela Desporto aumentou o subsídio à exploração face a um orçamento e atividade também superiores. Por exemplo, se a gestão fosse internalizada, não poderíamos ter equipas de natação adaptada ou de competição. Nenhum município consegue manter essas modalidades internamente.

Durante anos, o subsídio à exploração correspondia a percentagens na ordem dos 32%, 42%, e chegou aos 71% no ano da COVID, quando as empresas privadas podiam recorrer ao layoff simplificado, mas a empresa municipal, com portas fechadas e sem receitas, teve de ser subfinanciada. O aumento do subsídio serviu para pagar aos trabalhadores, porque a Câmara teve de internalizar esses custos.

É importante salientar que a Palmela Desporto tem resultados positivos, embora pouco significativos, ininterruptamente desde 2014, com exceção do ano da COVID. A empresa gera receita com serviços de desporto, saúde, bem-estar, recreio e formação, o que tem um valor difícil de estimar em termos financeiros, mas muito relevante para a qualidade de vida e bem-estar da população.

Desafio a senhora membro do Partido Socialista a apresentar dados comparativos, porque esta discussão já foi feita há alguns anos. Um estudo da região comparou preços de piscinas e equipamentos desportivos públicos e privados, e constatou-se que a afirmação anterior, de forma tão taxativa, não correspondia à realidade.

A qualidade do serviço avalia-se também pelas reclamações e pela satisfação dos utilizadores. Eu próprio sou utilizador da Palmela Desporto e, quando verifico pequenas falhas, faço a respetiva comunicação. A empresa tem obrigações rigorosas porque gere equipamentos sensíveis, com normas de segurança e geossanitárias que muitos privados não cumprem. Alguns nem estão legalizados pelos organismos competentes. A Palmela Desporto cumpre essas normas escrupulosamente e tem de investir nisso.

Chegamos a uma fase em que a Palmela Desporto, mesmo com investimento no subsídio à exploração, apresenta, em 2026, uma percentagem de 29,6% do orçamento total, enquanto noutros municípios pode chegar a mais de 60%.

Por exemplo, no Porto, o subsídio à exploração representa 63,26%. Podemos também referir outras empresas de áreas municipais, como Varzim Lazer (6196), Penafiel Ativa (6251), Matozinhos PS (6017) e Melgaço (45).

**O Presidente da Mesa:**

Peço mesmo que termine Senhor Presidente, tem mesmo de terminar.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Qualquer dia temos de começar a cronometrar. Parece que o Senhor Presidente faz-me aí uma marcação cerrada.

**O Presidente da Mesa:**

Nó estamos a cronometrar e já ultrapassou os 6 minutos.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

A Palmela Desporto tem seguido um caminho de sustentabilidade crescente, com base num estudo de uma empresa especializada mandado realizar em mandatos anteriores. Esse estudo recomendou diversificar a atividade e criar modalidades, como o Padel, que são hoje rentáveis e permitem redirecionar recursos para outros investimentos.

Para além das comparações com o setor privado, é importante considerar o número de horas de utilização e a acessibilidade proporcionada à população.

**O Presidente da Mesa:**

Tem mesmo que terminar.

**O Sr. Eurico Paulo do CH:**

Desculpe, mas isto é um completo desrespeito por membros da Assembleia e por quem nos está a ouvir.  
Isto não pode continuar assim.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

(Gravação não audível).

**O Presidente da Mesa:**

Eu já solicitei que terminasse.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Duas notas finais...

**O Presidente da Mesa:**

Mas a questão é que já vai quase em 10 minutos.

Tenho que ser justo.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Sou sintético é mesmo para terminar.

O número de horas dedicado ao movimento associativo corresponde a 600.000 €.

Depois, a Palmela Desporto está, neste momento - sei que custa ouvir a verdade - a realizar investimentos, nomeadamente na cobertura dos campos de Padel, entre outros projetos que continuam...

**O Presidente da Mesa:**

Dou agora a palavra à Senhora Presidente da Câmara para responder às questões.

Aproveito para pedir, no futuro, que respeitem esta mesa, porque, caso contrário, é impossível conseguirmos entender-nos. Sem ordem e sem qualquer tipo de organização, isto deixa de ser uma Assembleia Municipal.

Tem de haver algum sentido de bom senso.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Uma assembleia municipal tem de ter espaço para a discussão.

**O Presidente da Mesa:**

Eu não estou a dizer o contrário.

**O Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Mas naturalmente este período não tem limitação de tempo. Se os senhores membros da assembleia, todas as bancadas quiserem voltar a intervir...

**O Presidente da Mesa:**

Espere, mas não é isso que eu estou a dizer. Não é isso que eu estou a dizer. Isto é apenas uma questão de bom senso.

Todos têm espaço para poder intervir, mas se fizermos intervenções de 10 ou 15 minutos sucessivamente, há bancadas que depois não conseguem falar o mesmo tempo. Também temos de equilibrar isso.

Acho que é uma questão de justiça. Se uma pessoa falar meia hora, uma hora ou duas, seria um monólogo. O objetivo é que seja um diálogo, um debate, uma discussão.

Portanto, peço apenas que, da próxima vez que eu disser que é para terminar, que isso seja cumprido. Afinal, quem modera os trabalhos é o Presidente da Assembleia, e isso está previsto no regimento. Peço, portanto, que se cumpra o regimento e que se respeite aquilo que a mesa indicou.

Você tem direito à palavra? Claro que sim. Mas é apenas uma questão de respeitar os outros e ter um pouco mais de ponderação, tendo em conta as restantes forças políticas.

Só isso obrigado.

Senhora Presidente tem a palavra, por favor.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Vários argumentos já foram aqui aduzidos relativamente às questões colocadas.

No entanto, há uma questão inicial que, julgo, não percebi bem. Trata-se de uma questão de forma e de procedimento: a diferença de momentos em que vêm o orçamento e o contrato-programa, é isso?

O orçamento tem de vir, obviamente, porque o município tem de contemplar estas despesas nas suas rubricas e no seu orçamento. Portanto, quando o orçamento municipal é aprovado, obrigatoriamente têm de estar incluídas todas as participações que o município vai fazer, neste caso, à empresa municipal.

É claro que o orçamento da própria empresa municipal é um documento previsional, como o nosso. Imaginemos que, por alguma razão, o contrato-programa não fosse aprovado. Naturalmente, a empresa teria de reajustar a sua atividade até ter um orçamento definitivamente aprovado que pudesse cumprir. Portanto, não sei se percebi a sua questão, talvez não esteja a ser muito clara, mas penso que é este o ponto: o momento do contrato-programa é, de facto, o momento em que concretizamos a responsabilidade que assumimos perante a Palmela Desporto.

Já foram usados vários argumentos, mas gostaria de sublinhar este aspeto: a Palmela Desporto teve, na sua origem, a necessidade de responder de forma mais objetiva, assertiva e tecnicamente adequada a uma atividade muito exigente. A Palmela Desporto começou apenas com as piscinas municipais, que são dos equipamentos mais complexos, com uma rotina de manutenção e de atos imediatos que exigem aquisição de produtos e procedimentos de grande complexidade. Concluiu-se, nessa altura, que fazia sentido criar este modelo de gestão.

Por outro lado, sempre se afirmou que a Palmela Desporto tem vindo a diversificar as suas atividades, como já disse o Senhor Membro da Assembleia Álvaro Amaro, antigo Presidente da Câmara, e essa diversificação é um dos aspetos centrais do modelo, contribuindo para a sua rentabilidade.

Agora, há uma coisa que não podemos iludir. Na reunião de Câmara discutiu-se a ideia de que este investimento “não tem preço”. É um bocadinho como a educação: se analisássemos toda a contabilidade da educação com o mesmo detalhe da contabilidade da Palmela Desporto, teríamos grandes surpresas em termos financeiros.

A Palmela Desporto não é mais cara do que seria prestar este serviço internamente na Câmara Municipal, com um departamento próprio a gerir toda esta atividade. Todos os estudos e dados disponíveis apontam para esta conclusão. Os senhores membros da Assembleia terão, obviamente, oportunidade de consultar esses dados e estudos, fazendo todas as perguntas que entenderem, e poderão também contactar diretamente a gestão da Palmela Desporto para perceberem algumas das exigências.

Portanto, esta é a primeira ideia: não é mais barato fazer internamente na Câmara Municipal aquilo que a Palmela Desporto faz.

A segunda grande questão é a ideia de que aquilo que a Palmela Desporto faz poderia ser realizado de outra forma...

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Peço desculpa, Senhor Presidente, por interromper, mas como estamos a chegar à meia-noite, peço apenas uns minutos para que possamos proceder à votação da continuação dos trabalhos, tendo em conta que falta apenas um minuto para a meia-noite.

Portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A continuação dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Peço desculpa por esta breve interrupção.

**A Sra. Presidente da Câmara:**

Com certeza.

O segundo aspeto que importa destacar é a comparação do serviço prestado pela Palmela Desporto com a prestação, por parte de empresas privadas, de quaisquer equipamentos ou ginásios. E, mais uma vez, não é comparável.

A Palmela Desporto cumpre as políticas sociais do município, permitindo o acesso aos nossos equipamentos a cidadãos com muitas dificuldades económicas, alguns dos quais frequentam sem pagar ou com preços significativamente reduzidos. Neste sentido, a Palmela Desporto concretiza uma política social que faz parte das orientações do Município de Palmela, algo que nenhuma empresa privada realiza. Não há ninguém que ofereça, pelo preço praticado pela Palmela Desporto, o conjunto de atividades que ali são desenvolvidas.

A Palmela Desporto envolve milhares de utilizadores em atividades totalmente diferentes. Por exemplo, projetos como "Aprender a Nadar" e iniciativas de desenvolvimento do associativismo disponibilizam inúmeras horas para treinos e jogos, incluindo atividades para escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Na época 2024/25 estavam previstos 1.550 alunos e, para a época 2026/27, já se prevê a participação de 1.860 alunos. Não há possibilidade, para muitas das crianças do concelho como acontece noutros concelhos, de frequentarem piscinas municipais com estas condições e programas, nomeadamente o "Aprender a Nadar", que só é possível graças ao financiamento do município. Nenhum privado conseguiria sustentar este nível de serviço, que integra as políticas públicas que defendemos.

Nos outros equipamentos, por exemplo, o campo de jogos municipal em Palmela e o pavilhão desportivo de Pinhal Novo, houve 800 utilizadores na época passada e prevê-se, atualmente, 1.250. No pavilhão desportivo de Palmela, no pavilhão da escola secundária, foram 750 utilizadores na época passada, prevendo-se agora 900. Isto demonstra um crescimento significativo da atividade e da prestação de serviços a pessoas que, de outra forma, não teriam acesso.

A questão da comparação de preços já surgiu anteriormente. A Palmela Desporto apresenta atividades que são claramente mais baratas do que a média do mercado, embora algumas possam ser menos competitivas. Faz parte do equilíbrio que procuramos nas tarifas praticadas, permitindo, simultaneamente, oferecer natação adaptada, natação competitiva e um esforço contínuo de incentivo à prática desportiva. Isto contribui para a saúde e para estilos de vida mais saudáveis, envolvendo inúmeros protocolos e associações do nosso concelho.

Tudo isto é muito difícil de reproduzir numa lógica diferente de funcionamento. A Palmela Desporto, importa sublinhar, recebe um subsídio à exploração que representa, neste momento, menos de 30% do seu orçamento de funcionamento. Em comparação, outras empresas municipais, já mencionadas anteriormente, funcionam com subsídios à exploração na ordem dos 45%, 60% ou 64%, e continuam a ser defendidas.

Portanto, temos de analisar esta matéria considerando o espírito real das coisas e os objetivos sociais que estão subjacentes à Palmela Desporto.

Disse, Senhor Presidente. Obrigada.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Vamos então proceder à votação.

Portanto, o ponto número dois: contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, empresa local de promoção do desporto, da saúde e da qualidade de vida, Unipessoal Lda. A votação terá de ser em minuta, para efeitos jurídicos.

Votamos...

**Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU) e catorze votos contra (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).**

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Pergunto se alguma das bancadas pretende fazer alguma declaração de voto. Começa o Partido Socialista.

**A Sra. Patricia Valente do PS:**

#### **Declaração de Voto**

Muito obrigada, Senhor Presidente.

A bancada do Partido Socialista quer deixar clara a sua posição de voto a favor nesta matéria. A não aprovação desta proposta teria um impacto negativo, direto e imediato nas famílias, em particular nas crianças e nas pessoas com necessidades educativas especiais e com necessidades específicas, que legitimamente contam com estes serviços ao longo do atual ano letivo e nos meses seguintes.

Por isso, não podíamos ser os causadores de que, neste momento, essas pessoas perdessem o acesso a um serviço de que usufruem e de que precisam.

O subsídio à exploração que a Câmara Municipal transfere destina-se a financiar a totalidade, portanto, sem custos para as famílias de projetos como o "Aprender a Nadar", como a Senhora Presidente referiu, um programa que abrange todos os alunos e inclui transporte, salvo erro, bem como o programa "Mais 50", dirigido a utilizadores com carência económica.

Sem dúvida, e como a Senhora Presidente disse, a Palmela Desporto reproduz uma política social, mas importa frisar que recebe financiamento público para estas atividades.

A Palmela Desporto é mais cara em alguns serviços, e eu só não consigo especificar agora quais, porque, ironicamente, o site da empresa neste momento não apresenta a informação da tabela de preços relativa ao ginásio de Pinhal Novo. Talvez se trate de falta de atualização ou manutenção do próprio site.

No entanto, o sentido de voto do Partido Socialista foi favorável porque não poderíamos, neste momento, virar as costas à população. Votamos a favor porque quem confiou em nós e nos escolheu para os representar merece respostas e não podia ficar desamparado e repentinamente sem acesso a estes serviços.

Se esta proposta fosse chumbada, não sabemos quando crianças e pessoas que necessitam poderiam voltar a usufruir do serviço. Pensamos, honestamente, como é que iríamos justificar a uma mãe ou a um pai que, após a interrupção do Natal, o seu filho já não teria acesso a este serviço. Com que cara olharíamos para os pais e como justificaríamos a carência desse serviço nesta altura?

No entanto, importa reafirmar o que já dissemos na nossa intervenção anterior à votação: discordamos da forma como tem sido gerido o investimento municipal atribuído à Palmela Desporto. Já o dissemos no mandato anterior, face à insuficiente qualidade de alguns serviços prestados e sobretudo aos preços praticados junto dos munícipes singulares.

Consideramos que é urgente uma revisão profunda da Palmela Desporto. Uma revisão que deverá incluir o Partido Socialista nas decisões futuras, sob pena de, no futuro, não estarem reunidas as condições para viabilizar uma proposta semelhante em próximos orçamentos.

Disse, Senhor Presidente.

**O Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Resta-me desejar uma boa noite a quem nos assiste em casa e a todos os presentes: funcionários, vereadores, Presidente da Câmara, membros da Assembleia. Desejo-vos um bom Natal e umas boas festas.

Ah! e parece que há bolo ali atrás chamaram-me agora.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e dez minutos do dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Diamantino de Sousa Pereira**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.”

---

Palmela, aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

João Pedro Marçal Fialho Perdigão leitão

O Primeiro Secretário

Diamantino de Sousa Pereira